Terça-feira, 25 de novembro de 2025 I Série — Número 32

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Susana Alexandra Lopes Correia
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 63.º a 112.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito) e do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional (Hélder Reis), os Deputados Ricardo Moreira (CH), Mariana Mortágua (BE), Filipe Sousa (JPP), Carlos Alberto Gonçalves (PSD), Carlos Pereira (PS), Pedro Pinto (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Sofia Pereira (PS), Eliseu Neves (CH), André Rijo (PS), Paula Santos (PCP), Paulo Neves (PSD), Ana Martins (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Francisco Gomes (CH), Paulo Moniz (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gonçalves (L), Hugo Carneiro (PSD).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026 (artigos 113.º a 134.º-A e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Educação (Alexandre Homem Cristo), do Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração (Rui Armindo Freitas), do Secretário de Estado do Ambiente (João Manuel Esteves), do Secretário de Estado das Florestas (Rui Ladeira), do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Gonçalo Pires) e da Secretária de Estado da Habitação (Patrícia Gonçalves Costa), os Deputados Eurídice Pereira (PS), Nuno Gabriel (CH), José Carlos Barbosa (PS), Alfredo Maia (PCP), Mariana Mortágua (BE), Filipe Sousa (JPP), Sandra Lopes (PS), Rui Cardoso (CH), Ana Gabriela Cabilhas (PSD), Porfírio Silva (PS), José Barreira Soares (CH), Angélique Da Teresa (IL), Paula Santos (PCP), Sofia Pereira (PS), João Pedro Louro e Bruno Faria (PSD), Paulo Núncio (CDS-PP), Joana Cordeiro (IL), Paulo Muacho (L), Isabel Fernandes (PSD), Sofia Andrade e Irene Costa (PS), Cristina Vieira Henriques e Patrícia Nascimento (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Davide Amado e André Pinotes Batista (PS), José Dotti (CH), Carlos Cação (PSD), Pedro Vaz (PS), Bernardo Pessanha e João Lopes Aleixo (CH), Filipa Pinto (L), Júlia Rodrigues e João Torres (PS), Nuna Menezes e Margarida Saavedra (PSD).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 14 horas e 13 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr.as e Srs. Deputados. Está aberta a sessão.

Eram 10 horas e 2 minutos.

As autoridades podem abrir as portas das galerias, para que o povo possa assistir aos nossos trabalhos.

Cumprimento os Srs. Membros do Governo.

Estão todos os Srs. Deputados informados sobre a forma como vão decorrer os nossos trabalhos: inscrições por artigo, em ordem crescente. O tempo que for consumido em relação a cada um dos artigos desconta do tempo geral de 5 minutos de que cada grupo parlamentar dispõe.

Pedia então, Srs. Deputados, o favor de se sentarem, para podermos começar os nossos trabalhos.

Então, relativamente ao artigo 63.º, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Moreira, do Chega.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a diferenciação do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) no sector da restauração vem prejudicar a atividade de milhares de pequenos e médios empresários. Uma das atividades económicas de maior dinamização das economias locais e de suporte dos nossos destinos turísticos é colocada em causa quando os empresários sentem dificuldades no pagamento dos impostos e dos vencimentos dos seus funcionários.

A uniformização da taxa do IVA a 13 % trará benefícios diretos para as empresas, porque permitirá reforçar a sua competitividade, garantindo o alinhamento com o que se pratica nos países europeus mais próximos, e simplificará o sistema fiscal, trazendo mais clareza às obrigações fiscais.

Sr.as e Srs. Deputados, esta é uma medida de bom senso, de justiça social e visão estratégica. Visa dinamizar um sector fundamental da nossa economia e merece toda a vossa consideração. Esta aprovação dará maior possibilidade de criação de empregos, riqueza e prosperidade. É a vossa oportunidade de apoiar estes empresários, a economia e um país que trabalha.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (José Maria Brandão de Brito): — Sr. Presidente, a redução da taxa do IVA da restauração, Sr. Deputado, não tem um impacto direto nos restaurantes, uma vez que os restaurantes, como qualquer outra empresa, cobram o IVA e depois entregam-no ao Estado. Mas tem um impacto indireto poderoso que resulta do facto de, muito provavelmente, perante uma redução da taxa do IVA, os restaurantes e os cafés não reduzirem os preços do menu dos almoços e dos jantares, e isso corresponderia a uma transferência do bolso de todos os contribuintes — quando digo todos, são todos, desde o pensionista mais humilde à pessoa que não tem dinheiro para jantar ou para almoçar fora todos os dias e tem de preparar a sua marmita — para o bolso dos donos dos restaurantes. Portanto, aquilo que temos é uma transferência de todos para alguns.

Mas isto é no plano teórico. No plano prático, esta medida custa 710 milhões de euros. Portanto, o Chega, quando faz esta proposta, tem de assumir, perante o País, que quer que o País tenha um défice em 2026, ou então tem de sugerir medidas de compensação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Não está cá a Deputada Inês de Sousa Real, para intervir sobre um artigo 63.º-A, por isso, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção relativamente a um artigo 68.º-A.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, por falar em impostos que são pagos por todos só para alguns, recordaria que, quando a EDP (Energias de Portugal) não paga os impostos pelo negócio da venda de seis barragens, somos todos a pagar, do mais remediado pensionista até às

populações da Terra de Miranda — pagamos pelos impostos que a EDP não está disposta a pagar, para juntar aos seus lucros astronómicos.

Foi isso mesmo que se passou quando, há anos, a EDP vendeu seis barragens. A Assembleia da República aprovou uma proposta do PSD, na altura, no Orçamento do Estado, para que a receita da venda dessas barragens fosse para um fundo que seria destinado a apoiar os municípios onde estão localizadas as barragens, que são municípios do interior e que precisam dessas verbas para as suas políticas de desenvolvimento.

Na altura, o PSD propôs essa medida, que foi aprovada na Assembleia da República, e viemos a saber depois que esse fundo não ia receber dinheiro, porque a EDP simplesmente não tinha pago esses impostos. E foi a proposta do PSD que abriu toda a polémica sobre os impostos não pagos da EDP.

Depois de muito batalhar, depois de muito denunciar, a Autoridade Tributária não quis cobrar os impostos à EDP e enviou para o Ministério Público. O Ministério Público diz agora que a EDP tem de pagar os seus impostos e nós só podemos assumir que a EDP pagará o que é devido, porque acho que não nos cabe a nós assumir qualquer outra forma.

Por isso, a proposta que aqui trazemos é aquela que o PSD trouxe no passado, para garantir que as receitas destes impostos vão para um fundo para beneficiar os municípios onde estão localizadas as barragens. Não conseguimos compreender como é que, em sede de especialidade, o autor desta proposta há uns anos agora a rejeita, prejudicando assim os município, impedindo, mais uma vez, que possam receber os frutos dos seus recursos naturais.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Sobre um artigo 68.º-B, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a política de isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e do imposto do selo para os jovens até 35 anos é um passo positivo, mas consideramo-lo insuficiente na medida em que deixa de fora a chamada geração dos anos 80, homens e mulheres entre os 35 e os 45 anos, que amadureceram entre crises económicas excessivas, precariedade laboral e restrições orçamentais.

Aquilo que se propõe é que beneficiem igualmente dessa isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis os sujeitos passivos com idade superior a 35 anos e igual ou inferior a 45 anos, à data da transmissão, que adquirem pela primeira vez prédio urbano ou fração autónoma destinados exclusivamente a habitação própria e permanente.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente a um artigo 70.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Gonçalves, do PSD.

O Sr. **Carlos Alberto Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta proposta de alteração é uma boa notícia para os reformados emigrantes que agora veem abrir-se uma oportunidade para o regresso a Portugal. É também uma boa notícia para os territórios de baixa densidade e, assim sendo, é uma boa notícia para Portugal, é uma boa notícia para os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Alberto Gonçalves** (PSD): — Este Orçamento do Estado tem também como objetivo criar condições para que os portugueses tenham futuro no nosso País, ou seja, que não necessitem de emigrar. Mas também tem o objetivo de criar condições que permitam proporcionar o regresso a muitos portugueses, e isso deve incluir também os reformados.

É uma proposta justa, e a prova de que ela é tão justa é que o Partido Socialista acabou de nos dar razão. Passaram tanto tempo no Governo; em 2023, até revogaram o regime dos residentes não habituais, apesar das nossas reticências. Mas o Partido Socialista não inscreveu esta preocupação nas suas propostas relativas ao Orçamento do Estado para 2025. E, vejam bem, só agora, numa deslocação à Suíça, que decorreu já neste mês de novembro, é que se depararam com esta questão. Ao verem que esta matéria estava a ser discutida em

sede de Orçamento do Estado, apresentaram um projeto de lei no final do jogo, para tentarem associar-se ainda a esta questão.

Como sempre, na área das comunidades portuguesas, o Partido Socialista chega tarde; o Partido Socialista chega sempre muito tarde!

Aplausos do PSD.

Felizmente, o PSD tem, ao longo do tempo, avançado com propostas, reformas, nomeadamente no que diz respeito à participação cívica e política. É que, para nós, contam os portugueses de cá e os portugueses de lá. Com os portugueses de cá e os portugueses de lá, seremos mais fortes, mais competentes e mais capazes para desenvolver Portugal. Contámos sempre com as comunidades, e as comunidades agora podem contar com um Governo que pensa nelas, que trabalha com elas, e é com elas que se desenvolve Portugal.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente a um artigo 72.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, vamos falar de impostos.

Srs. Deputados do PSD, permitam-me usar a vossa própria linguagem, porque, na verdade, quando os senhores começam a falar de impostos, não bate certo, não têm racional. Os senhores passaram anos a dizer que o Governo do PS sacava muito dinheiro aos portugueses. Srs. Deputados do PSD, Sr. Deputado João Almeida, que se indignou muito na última sessão, e Sr. Deputado Pedro Pinto, este Orçamento do Estado para 2026 tem «a maior receita fiscal de sempre». Usando a vossa linguagem, nunca se sacou tanto dinheiro aos portugueses como os senhores estão a fazer com este Orçamento para 2026!

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Sr. Deputado Hugo Soares, o Sr. Deputado não sabe, mas eu vou dizer-lhe: são mais 940 milhões de euros de IRS, são mais 1300 milhões de euros de impostos indiretos, e são mesmo aqueles impostos que são regressivos. Os senhores tanto dizem que vão fazer uma reforma fiscal, mas mantêm esses impostos a crescer, e a crescer bastante.

Depois, ainda há outra. São, porventura, 1000 milhões de euros que não sabemos quando é que vão ser tirados, mas também vão ser tirados, que têm a ver com o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos).

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Os senhores têm outros planos, Srs. Deputados do PSD, de rejeitarem uma proposta do PS — rejeitou-a o PSD, mas também não a aprovou o Chega — que pretende fazer uma coisa muito simples: quando os senhores retirarem os 1000 milhões de euros que permitem um ISP mais baixo, em que as pessoas vão à bomba de gasolina pagar menos, entreguem esses 1000 milhões de euros às famílias, baixando o preço dos alimentos.

Aplausos do PS.

Mas os senhores não querem fazer isso. O que os senhores fizeram ao longo deste tempo foi, de facto, fazer incidir a maior carga fiscal sobre os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr. Deputado Carlos Pereira, vou ser muito rápido e muito breve, e vou só recordar uma coisa: demagogia socialista foi aquilo que o senhor fez. Já fizeram isto na passada semana e voltam a fazer esta semana.

Sr. Deputado, vou-lhe recordar que, na próxima quinta-feira de manhã, quando os senhores se levantarem para se absterem na votação deste Orçamento, nós vamos votar contra. Está aqui a grande diferença!

Aplausos do CH.

É que nós somos coerentes. Os senhores não são coerentes: criticam o Orçamento, dizem que é a maior carga fiscal de sempre, mas depois, na altura de votar, vão-se encostar ao PSD. É demagogia e hipocrisia socialista!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra para responder.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Deputado Pedro Pinto, não sei se chegou a ler os números, mas sabe qual é a redução da carga fiscal deste Orçamento para 2026? Sabe qual é a redução da carga fiscal?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós vamos votar contra!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — A redução da carga fiscal é de 0,1. E vamos ver se é mesmo, porque nem sabemos se, em 2025, não vai aumentar a carga fiscal.

Portanto, o que está aqui em causa é o maior aumento do ponto de vista de receita fiscal, o maior saque aos portugueses do ponto de vista de impostos, e os senhores continuam aí.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente a um artigo 73.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, estamos aqui novamente, porque aquilo que foi chumbado em comissão não merece ficar enterrado em comissão.

A proposta da Iniciativa Liberal para tornar a contribuição audiovisual voluntária volta a este Plenário porque vale a pena insistir e porque o País merece que este Parlamento reconsidere. E mesmo que quase o Parlamento inteiro reconsidere, porque só a Iniciativa Liberal é que votou a favor, o PAN absteve-se e todos os outros partidos votaram contra. E, portanto, nós queremos dar esta oportunidade para reconsiderarem.

Recordo muito rapidamente aquilo que já dissemos ao longo deste debate orçamental: a contribuição audiovisual é um «imposto escondido com cabo de fora». Pagam todos os contribuintes: pagam as famílias, as empresas, das grandes às PME (pequenas e médias empresas); pagam até os condomínios e as garagens; pagam as IPSS (instituições particulares de solidariedade social), as rádios locais, os jornais regionais, as autarquias. E pagam várias vezes, porque pagam por contador, não pagam pelo uso da RTP (Rádio e Televisão de Portugal). Pagam por ligar a luz, não pagam por ver televisão. E ainda levam com o IVA em cima. Portanto, é imposto sobre imposto.

Também defendemos, neste debate, que a contribuição audiovisual voluntária seria um incentivo para que a RTP melhore. Tudo isto já foi dito, mas hoje vamos acrescentar mais dados para a vossa consideração.

Nós podíamos explicar que a contribuição audiovisual é um imposto regressivo, que é um imposto de injustiça geracional, que é um imposto de discriminação territorial, até comparativamente com a Europa, já que muitos outros países ou deixaram de a ter, ou incluíram-na no próprio Orçamento do Estado. Até o Reino Unido, que gostam muito de dar como exemplo, por causa da BBC (British Broadcasting Corporation), está neste momento a rever para baixo, como é óbvio, aquilo a que se chama *license fee*, que é a mesma coisa.

Mas perante o absurdo da contribuição audiovisual, resta-nos reforçar e demonstrar o absurdo. Quem paga, e até várias vezes, a contribuição audiovisual? Além das rádios e dos jornais locais e das IPSS, pagam as coletividades, os lares, as associações culturais, os bombeiros, os clubes desportivos e, para eles — para muitos deles! —, isto são centenas de euros.

Orçamento após Orçamento, os senhores vêm dizer que querem apoiar todo este tipo de entidades. Pois aqui está uma oportunidade de darem um apoio, devolvendo-lhes este dinheiro que todos os anos lhes tiram.

Mas há mais do absurdo e do caricato: os hospitais pagam contribuição audiovisual, as escolas pagam contribuição audiovisual, os tribunais pagam contribuição audiovisual. Até os semáforos pagam contribuição audiovisual! É o Estado a pagar a RTP com o dinheiro do próprio Estado.

Portanto, podemos dizer que, para além de imposto escondido com cabo de fora, é uma espécie de imposto circular, com o Estado a financiar-se a si próprio. Paga o Estado central, paga o Estado local, as autarquias, que podem ter dezenas e dezenas, senão centenas, de computadores. Se não estão bem a ver a situação, até os cemitérios pagam a contribuição audiovisual!

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, têm hoje mais uma oportunidade de corrigir este disparate. Aprovar esta proposta é respeitar os contribuintes, quer os vivos, quer, infelizmente, aqueles que já cá não estão.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, já começa a ser hábito — falar deste Governo é sempre falar de falhanços.

Este é um Governo que não se assume, é um Governo que não revoga, mas que também não cumpre a lei. Convém lembrar que estamos a falar de quase 700 € por ano para uma licenciatura e de 1500 € para os mestrados. E o Governo decide, intencionalmente, ignorar esta lei.

Desculpam-se com uma alegada incompatibilidade no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) jovem, mas essa incompatibilidade não está registada em nenhum estudo, em nenhum parecer, em nenhum documento. Violam a lei porque não querem pagar.

A verdade é que será com certeza digno dos livros das bizarrias parlamentares ter o Parlamento a obrigar o Governo a cumprir uma lei da República. Porque temos hoje um Governo que está mais preocupado com as burcas e com os vistos *gold*…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ai as burcas é importante! Vocês deviam estar preocupados!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … do que com medidas para proteger aqueles que menos rendimentos têm.

Será preciso, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, levar o Governo a tribunal para poder cumprir esta lei?

Srs. Deputados, deixem dirigir-me agora diretamente ao Governo e à bancada do PSD: cumpram a lei, façam os mínimos, ganhem vergonha e paguem o que devem!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente a um artigo 89.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Eliseu Neves, do Chega.

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, o Chega traz hoje a este Plenário uma proposta de aditamento para reforço do financiamento aos municípios detentores de associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Esta proposta visa repor justiça financeira na tão nobre missão que estas associações prestam no socorro em Portugal. Os elevados custos com o aumento dos combustíveis, com EPI (equipamentos de proteção individual) e com as despesas de perda de materiais e equipamentos nos últimos incêndios deixam muitas destas associações em grandes dificuldades financeiras, muitas delas a fazerem peditórios porta a porta, à míngua, junto das populações.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr.as e Srs. Deputados, não nos podemos lembrar de Santa Bárbara apenas quando troveja. Juntos podemos dar maior dignidade a estas associações. Mas, para isso, é impreterível que VV. Ex.as acompanhem a nossa proposta. De uma vez por todas, deixemo-nos de demagogia política e trabalhemos todos com um único foco: melhorar Portugal e a vida dos portugueses.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção no âmbito de um artigo 93.º-A, tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, esta proposta do Partido Socialista é uma última oportunidade para que o Governo, finalmente, nesta proposta de Orçamento do Estado, possa cumprir aquilo a que se comprometeu o Governo da República com os municípios, em 2022.

O acordo que foi estabelecido entre o Governo da República e a Associação Nacional de Municípios visava um conjunto de iniciativas e um mapeamento exaustivo das escolas com necessidades de requalificação no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

O Governo da República, na proposta inicial do Orçamento do Estado, incumpre esse objetivo e esse acordo com o Governo da República. Esta é, pois, uma oportunidade para que o Governo emende a mão através da Assembleia da República e cumpra integralmente os compromissos que tem com o Governo, neste caso, com o Governo local.

É muito importante nós lembrarmo-nos das autarquias locais, mas não é só para ganhar as eleições e, eventualmente, autoproclamarmos o partido líder das autarquias e da Associação Nacional de Municípios. É importante cumprir com os autarcas que, no dia a dia, se debatem com muitas dificuldades para cumprir o PRR.

Aplausos do PS.

Da parte do Governo, já estamos preparados para que não se cumpra aquilo que se diz ou que se vá além daquilo que se diz em campanha. Agora, por parte do autoproclamado «partido líder da oposição», é surpreendente. Talvez seja pelo facto de terem tido apenas um triplo zero nas suas próprias contas das autarquias e um décimo daquilo que previam. Dou-vos um conselho: peguem no telefone, liguem ao vosso colega ex-Deputado Rui Cristina e perguntem-lhe se concorda com esta medida.

É importante que estejam ao lado de quem quer resolver os problemas das autarquias locais.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bela tareia que o PS levou em Albufeira!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, em relação a todo este processo em torno da requalificação das escolas, de facto, poderíamos aqui dizer muito.

Poderíamos dizer que o anterior Governo do Partido Socialista não fez aquilo a que se comprometeu. Podemos dizer que o atual Governo do PSD e do CDS também não cumpre com aquilo que que está na legislação neste momento, no que diz respeito a garantir o financiamento para a requalificação das escolas no nosso País.

Bem sabemos como o parque escolar está extremamente degradado, que há escolas que não têm condições mínimas de funcionamento, questões que não estão asseguradas do ponto de vista climatérico, do ponto de vista do conforto, até do ponto de vista dos próprios espaços, para assegurar que o desenvolvimento do processo educativo se faz com qualidade.

A verdade é que no mapeamento que foi realizado, para além de um conjunto de aspetos não terem sido claros — nomeadamente a priorização das escolas, em que não foram ouvidas as próprias autarquias e não se compreende como é que se chegou às prioridades que foram definidas, deixando escolas de fora —, ao mesmo tempo, a questão que agora se coloca é a garantia do financiamento.

Foram abertos avisos, é verdade, é o segundo, mas as verbas que constam nesse aviso não permitem assegurar o financiamento que é necessário para as escolas, tendo em conta os projetos, as necessidades e os custos associados à requalificação das próprias escolas.

Portanto, aquilo que se exige, tal como o PCP propôs neste Orçamento, é que o Governo cumpra as suas responsabilidades e assegure efetivamente o financiamento em função dos valores que estão identificados para cada um dos projetos.

Estamos a falar da requalificação das escolas, mas poderíamos também falar da transferência de encargos para as autarquias, que foi aquilo que aconteceu, na altura, com o acordo do PS e do PSD. Mas a verdade é que olhamos para as competências e os meios não acompanham as competências que foram transferidas, não permitindo às autarquias o exercício das funções e dessas mesmas competências.

Bem sabemos, aliás, que esta questão é conhecida pelo País. A Associação Nacional de Municípios tem levantado esta questão e diversos municípios têm levantado esta questão. Há prejuízos, os meios que são transferidos ficam aquém e aquilo que está proposto neste Orçamento continua a ser insuficiente para fazer face a esse conjunto de competências.

Por isso é que também propomos, neste Orçamento — e vai ser agora votado, ainda esta manhã —, o reforço dessas verbas em 20 % na área da educação, em 10 % na área da saúde e da ação social escolar, para permitir avançar no sentido de garantir e de evoluir para que os meios possam ir ao encontro das necessidades.

Mas isto exigia um exercício bem mais profundo e aquilo que não foi feito ao longo de todos estes anos, que era identificar aquilo que é preciso e identificar qual é o financiamento adequado para assegurar uma educação de qualidade, para assegurar uma saúde a que os utentes têm direito e, naturalmente, também a proteção social. Mas não é isso que está a ser feito.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.

O Sr. **Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional** (Hélder Reis): — Sr. Presidente, Caros Colegas, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, permita-me dizer que relativamente àquilo que diz respeito às escolas, que muito bem referiu, tem sido uma preocupação do Governo a recuperação dessas escolas. Talvez não tão rápido quanto se desejaria, mas os recursos financeiros determinam exatamente aquilo que pode ser feito e quando pode ser feito.

Sobre essa matéria, este Governo abriu dois avisos para a recuperação das escolas classificadas, naquele que foi o protocolo assinado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e o XXIII Governo Constitucional. Abrimos um primeiro aviso para as escolas P1, classificadas como muito urgentes. Abrimos recentemente o aviso para as escolas P2, classificadas como urgentes. E haveremos de abrir o que será o aviso para as escolas P3.

É verdade que a lista que está a ser seguida foi a lista que foi fornecida e acordada entre um Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Não obstante, algumas das escolas que estão neste momento a ser recuperadas e requalificadas não estavam nesse aviso, no aviso que foi aberto ainda no tempo do anterior Governo para o PRR. Na verdade, disponibilizaram-se 450 milhões de euros para recuperar 75 escolas, mas o que temos é que os 450 milhões de euros deram apenas para 70 escolas. Portanto, significa que houve a necessidade de fazer um *overbooking* para podermos cumprir com o objetivo que temos no PRR.

Aliás, pode dizer-se que, das 451 escolas que estavam nesse dito protocolo, já avaliámos cerca de 593. Portanto, isso significa que, à medida que o tempo for avançando, temos de encontrar os recursos financeiros para a recuperação dessas escolas.

Sendo que, paralelamente, também há uma resolução do Conselho de Ministros que diz que o investimento, o financiamento, a recuperação dessas escolas estende-se para lá de 2030. Isto significa que não podemos, num ano, resolver tudo o que não foi investimento em escolas por mais de 10 anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, ouvi as explicações e a intervenção do Sr. Secretário de Estado, mas a questão que gostaria de colocar, de certa forma, é como é que com 850 milhões de euros vai garantir a requalificação de, creio que são, 237 escolas.

Ainda na sua intervenção fez referência a que cerca de 400 milhões foram somente para 70 escolas, não permitindo fazer a requalificação de mais escolas. Isto demonstra a insuficiência do financiamento face às necessidades. E foi sobretudo este ponto que eu quis aqui suscitar, porque, obviamente, a requalificação das escolas é uma urgência, e obviamente que são projetos de investimento plurianuais, nunca nos ouviu dizer o contrário. Mas aquilo que nos ouviu dizer e que nós dizemos aqui é que o financiamento que está a ser alocado não é suficiente. Portanto, há escolas que estão identificadas e que não têm o financiamento garantido para serem requalificadas. E isso é prejudicial para os estudantes e para quem lá trabalha.

A questão é se o Governo vai ou não garantir e como é que vai garantir esse financiamento, para que todas as escolas no nosso País sejam efetivamente requalificadas para garantir essa qualidade do processo de ensino-aprendizagem a todos os estudantes. É isso que nós defendemos: tendo em conta as exigências dos currículos, que as escolas tenham as condições para dar a resposta necessária para o sucesso educativo e para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional.

O Sr. **Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada, respondendo à pergunta que me dirigiu, creio que podemos concordar em muitas das coisas que acabou de dizer. Eu, pelo menos, concordo.

Concordo que, efetivamente, temos mais escolas para além daquelas que estão identificadas nesse protocolo.

Temos uma dotação insuficiente naquilo que foi o compromisso do XXIII Governo com essas escolas. Podemos dizer que o próprio protocolo estabelece, na cláusula 4 — se a memória não me falha —, que o valor médio de reparação de escola é de 4 milhões. É verdade que é o valor médio, e nós, neste momento, temos escolas que, efetivamente, ultrapassam os 20 milhões de euros na proposta de reprogramação.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Então, o que é que vai fazer? Essa é que é a questão!

O Sr. **Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional**: — O que vamos fazer é garantir e assegurar que o acordo que foi estabelecido será honrado, agora numa partilha de custos que tem de

ser necessariamente feita, perante aqueles que são os custos-padrão associados às escolas, às turmas, ao número de alunos e às condições que a escola quer ter. Para além disso, se o município quiser fazer mais, naturalmente que o pode fazer.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não disse como é que vai garantir o financiamento!

O Sr. **Presidente**: — Passamos à proposta de um artigo 111.º-A. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Neves, do PSD.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o a si e aos membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados.

Srs. Deputados, este artigo refere-se à transferência extraordinária do Governo da República de 75 milhões de euros para a Região Autónoma da Madeira.

Podemos resumir esta transferência em duas palavras: sensibilidade e solidariedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — E não surpreende, porque estamos a falar do Partido Social Democrata, de Luís Montenegro, o Primeiro-Ministro do Governo da República.

O Partido Socialista, durante oito anos, meteu sempre na gaveta as transferências,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD votou contra!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — … deixou de cumprir com as suas obrigações constitucionais durante oito anos. O Partido Socialista fez sempre questão de meter na gaveta tudo o que tinha a ver com as regiões autónomas, incluindo, naturalmente, com a Região Autónoma da Madeira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É por isso, Sr. Presidente, que sabemos exatamente o que vamos fazer com esta verba. Vamos cumprir com algumas obrigações que são também da República, como proteção civil, saúde e educação.

Terminando, Sr. Presidente, esta é a prova de que este Governo de Luís Montenegro é, de facto, um Governo amigo das autonomias, e o PSD é o partido das autonomias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, tem a palavra para um pedido de esclarecimento. Tem 9 segundos.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Neves, o Sr. Deputado foi eleito pela Madeira, e eu estava à espera, sinceramente, que viesse...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado não!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Aí está, Sr. Deputado Hugo Soares, eu estava à espera de que o Sr. Deputado eleito pela Madeira viesse defender os madeireiros lembrando uma coisa: este Orçamento do Estado transfere 150 milhões de euros a mais para os Açores e zero para a Madeira. E o Sr. Deputado nada disse!

Aplausos do PS.

Não se consegue compreender que raio de intervenção e de disputa é esta sobre a Madeira. É lamentável…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Neves, tem a palavra para responder. Dispõe de 1 minuto e 46 segundos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Pereira, vê-se que o senhor não foi eleito nas últimas eleições pela Madeira,…

Aplausos do PSD.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… porque o senhor já se esqueceu do que foi, durante anos, o Partido Socialista em relação à Região Autónoma da Madeira.

O senhor sabe tão bem quanto eu que o Partido Socialista meteu na gaveta tudo o que tinha a ver com a Região Autónoma da Madeira. Como é que o Sr. Deputado se atreve a dizer isso, quando sabe que este Governo da República está a transferir mais para a Região Autónoma da Madeira do que aquilo que era obrigado a fazer? O senhor sabe do Fundo de Coesão? O senhor sabe quanto é que nós teríamos direito a receber se fosse para cumprir o Fundo de Coesão? Zero! Vamos receber 80 milhões.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS André Rijo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado António Mendonça Mendes pediu a palavra para?…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Presidente**: — Estarei atento, Sr. Deputado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, é para pedir os seus bons ofícios no sentido de relembrar à Câmara que nenhum Deputado está condicionado a falar, porque os Deputados representam a nação, não representam nenhum círculo em particular.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (PS): — Isso é uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso aí já...

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Martins, do Chega.

Protestos de Deputados do PS.

Eu dei a palavra agora à Sr.ª Deputada Ana Martins. Faça favor.

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — Obrigada, Sr. Presidente.

Sr.as e Srs. Deputados, o PSD apresentou duas propostas que são fulcrais para as regiões autónomas. As operações de serviço de transporte aéreo de carga para as regiões são uma necessidade estrutural, não são um luxo. Não há dúvida de que só com ligações frequentes e previsíveis é que podemos garantir a competitividade, o acesso a bens e o futuro das nossas ilhas.

Da mesma forma, só viabilizando medidas que contribuem para uma trajetória de redução da dívida real é que podemos assumir a responsabilidade e assumir o que sempre o Chega defendeu: é preciso priorizar o investimento. E do que as regiões realmente precisam é de desenvolvimento económico, de resolver os problemas de mobilidade, os problemas de habitação, de envelhecimento.

Quando uma proposta é boa para as regiões também é boa para Portugal, não há nenhuma dúvida. Independentemente da cor partidária que apresente esta medida, o Chega está sempre do lado do que serve as regiões e Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Martins** (CH): — E não hesitamos em colocar os Açores e a Madeira acima de qualquer cálculo partidário, ao contrário do PSD.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, os grupos parlamentares do PSD e do CDS apresentam duas propostas relativas às regiões autónomas que têm muito a ver com aquela que é a relação que quem apoia um Governo tem com duas questões fundamentais: o princípio da autonomia e o princípio da continuidade territorial.

Dentro da lógica do princípio da autonomia, sabemos que foram exigidas às regiões autónomas uma série de condições durante o período em que o País atravessou uma situação financeira mais difícil, que obviamente têm de ser revistas, e isso só é verdadeiramente revisto quando se proceder — como este Governo já anunciou que pretendia fazer, e esta maioria anunciou que pretendia fazer — à revisão da lei das finanças regionais.

Entretanto, considerando, e até reconhecendo, que as regiões autónomas fizeram um percurso de redução de dívida tão grande ou maior — maior, seguramente — do que aquele que fez a República, propõe-se fazer estas transferências extraordinárias para permitir o abatimento da dívida, a estabilização da gestão orçamental nas duas regiões e o caminho para essa revisão das leis regionais, tudo isto no respeito pela valorização das autonomias.

Depois, quanto ao princípio da continuidade territorial, há, como sabemos, dificuldades relativas ao transporte aéreo de pessoas, e temos tratado disso, designadamente atenuando o esforço que as pessoas, os residentes nas regiões, fazem, de adiantar verbas para as suas passagens aéreas, e não terem de ter esse transtorno de tesouraria nas suas vidas.

Mas há também um problema, a que aqui atendemos na proposta 1560-C, que tem a ver com o transporte de mercadorias, com carga e com correio. E nas obrigações de serviço público é preciso também fiscalizar e, se for preciso, alterar, para que quem está nas regiões autónomas, sejam as pessoas individualmente consideradas, sejam as empresas, não seja prejudicado por este transporte aéreo não ser eficiente, por este transporte aéreo, eventualmente, não cumprir as obrigações de serviço público e isso levar a atrasos de dias ou de semanas no transporte de mercadorias e na entrega de correio.

É por isso que estas propostas são essenciais e é por isso que estas propostas respeitam a valorização das autonomias e, sobretudo, concretizam o princípio da continuidade territorial.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à proposta de um artigo 112.º-A. Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega, tem a palavra.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, pior do que a desfaçatez é mesmo a falta de vergonha, é não ter noção, é querer estourar, como o Livre quer fazer, 1000 milhões de euros — 1000 milhões! — num fundo e pensar que andamos aqui a comer gelados com a testa. Não andamos, não andamos e não vamos atrás das loucuras do Livre.

Protestos dos Deputados do L Filipa Pinto e Paulo Muacho.

Aliás, as vossas votações nas propostas do Chega sobre habitação mostram bem o que é a vossa hipocrisia. Vejamos: contributo da banca para a habitação — contra; alívio das taxas de esforço — contra; estabilidade dos contratos de arrendamento — contra; redução do IVA na construção — contra; apoio aos jovens para a habitação — vocês votam contra; habitação para pessoas com deficiência — vocês votam contra. Sabem de que é que votam a favor? Dos ocupas! Votam a favor dos ocupas, vocês e o JPP. Sabem que mais? Levem-nos para casa. Levem-nos para casa.

Pensem nos portugueses, deixem Portugal trabalhar e não andem a brincar com o dinheiro dos portugueses. Não aceitamos, não o levam, votam chumbo!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 112.º — Obrigações de serviço público na Região Autónoma dos Açores, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, este artigo procura consagrar de forma explícita a necessidade de avaliação e análise da implementação de obrigações de serviço público no que concerne à carga aérea, quer de correio, quer de mercadorias e bens perecíveis.

Para os Açores, o aspeto da continuidade territorial é fundamental, até do ponto de vista da integração e da cidadania nacional. Nós tivemos oportunidade de ouvir, por parte dos responsáveis dos CTT (Correios de Portugal), da incapacidade de cumprir com as obrigações em matéria de tempos de entrega de encomendas, da discriminação no comércio eletrónico relativamente aos Açores e aos açorianos, porque a carga aérea não tem capacidade de responder ao que está plasmado nas obrigações de cumprimento de serviço, e é esta proposta que vem trazer, como primeira preocupação, um assunto que já leva 10 anos de avanços e recuos, sendo os recuos muito maiores do que os avanços.

E esta proposta tem também dimensão económica. O transporte em tempo oportuno dos bens perecíveis, do pescado e de um conjunto de produtos únicos dos Açores só é viável economicamente se do ponto de vista do transporte aéreo e de carga ele estiver regulado, estiver com um preço acessível e com uma periodicidade e planeamento conhecidos. Esta proposta visa contemplar, analisar e perceber a implementação destas medidas.

Relembro, a finalizar, que a União Europeia consagra explicitamente a possibilidade de obrigações de serviço público naquelas que são rotas para as regiões ultraperiféricas, percebendo exatamente a necessidade vital que se traduz do ponto de vista da cidadania e do ponto de vista da capacidade de integração no restante nacional e no restante espaço europeu.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a presente proposta visa alargar a extensão prevista no artigo 106.º aos investimentos municipais previstos na área da proteção civil e eficiência energética, reconhecendo a relevância estratégica e estrutural nestes momentos para a segurança das populações e sustentabilidade ambiental e a resiliência dos territórios.

Os investimentos em equipamentos e infraestruturas dos corpos de bombeiros, eficiência energética dos edifícios e instalações e também iluminação pública sustentável, como também a redução das perdas de água,

constituem áreas prioritárias de intervenção municipal com forte impacto na segurança, na sustentabilidade financeira e ambiental e na redução de emissões e custos estruturais futuros.

A norma mantém a natureza excecional e temporária do regime, é financeiramente neutra para o Orçamento do Estado e contribui para reforçar a capacidade de investimento dos municípios em áreas essenciais de interesse público. Daí que proponhamos que a margem de endividamento seja igual, aumentada para 100 %, quando destinada financeiramente ao investimento em equipamentos, infraestruturas ou projetos relacionados com a proteção civil e corpos de bombeiros, bem como a melhoria da eficiência energética a nível dos edifícios e instalações municipais, e a implementação, não menos importante, de soluções eficientes na área da iluminação pública, como também no combate ao grande flagelo das perdas de água nos sistemas de abastecimento público e municipal de águas.

O Sr. **Presidente**: — Sobre a proposta de um artigo 112.º-C, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a maioria dos trabalhadores em Portugal não ganha sequer 1000 € por mês. Portanto, a maioria dos trabalhadores em Portugal é confrontada diariamente com questões decisivas para a sua vida: pago a renda ou pago a conta da luz? Pago a conta da luz ou pago a alimentação? Pago a alimentação ou pago as despesas dos filhos, que têm de ir para a escola? E esta é a realidade diária — diária! — da maior parte da população que vive em Portugal. E nós sabemos que os preços dos bens essenciais no nosso País têm subido muito mais rapidamente do que os salários. A inflação pode nem mostrar isso, mas o preço da casa e o preço da comida subiram muito mais rapidamente do que os salários.

Por isso, somos confrontados com o facto de muitos trabalhadores não conseguirem ganhar o suficiente para comer, inclusive para almoçar no dia a dia do seu trabalho, ainda mais quando sabemos que 4 em cada 10 trabalhadores do privado não têm sequer direito a subsídio de refeição. Isto quer dizer que há mais de 1 milhão e meio de pessoas no nosso País que trabalham todos os dias, que têm de comer como toda a gente tem de comer, mas que não têm acesso nem direito ao subsídio de refeição.

Por isso, Srs. Deputados, a proposta que trazemos é muito simples. Se todos temos de comer, se a necessidade de alimentação é universal, então a obrigatoriedade ou o direito a receber um subsídio de refeição também deve ser universal. E trazemos aqui a proposta para que todos os trabalhadores, do público e do privado, tenham acesso a um subsídio de refeição.

E mais: que tenham acesso ao subsídio de refeição num valor que lhes permita, de facto, alimentarem-se no dia a dia. É uma proposta para aumentar salários, é uma proposta justa e que vai criar igualdade entre trabalhadores do público e do privado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento os membros do Governo e as Sr.as e os Srs. Deputados.

O debate que hoje aqui nos ocupa é um debate não apenas sobre os códigos fiscais ou percentagens de IVA. Revela algo mais profundo, nomeadamente a forma como o Parlamento continua a decidir a vida de quem merece ser cuidado e de quem é deixado para trás.

Já aqui ouvimos várias intervenções de pessoas a bater no peito sobre os sentidos de voto contra das diferentes bancadas, mas não nos podemos esquecer de que, na sexta-feira passada, esta Assembleia voltou a escolher o sofrimento animal em detrimento da proteção animal, optou por considerar essencial o consumo de carne da caça, mas manteve como luxo os cuidados médico-veterinários e a alimentação dos animais de companhia. Esta é uma escolha ética e, mais uma vez, inscreve no nosso Código do IVA uma contradição moral alimentada, neste caso, pelas forças políticas e pela coligação entre o PSD, o Chega, o CDS, a própria Iniciativa Liberal e o PCP.

Com estas decisões, o que estes partidos afirmam é, de forma inequívoca, de que lado estão quando confrontados com uma escolha simples entre empatia e crueldade. E não é do lado das famílias, não é do lado de quem cuida, não é do lado das associações; preferem defender os *lobbies* da caça e da tauromaquia,…

Protestos de Deputados do CH.

… mesmo que isso signifique penalizar as famílias que fazem sacrifícios profundos para tratar os animais que acolhem, mesmo que isso signifique, para os avós, os tios, as pessoas que estão sozinhas com animais de companhia e que têm de escolher entre comer e pagar a alimentação deles, que não podem continuar a aceder a estes bens. Estes bens vão continuar a ser taxados como um bem de luxo.

O País assiste perplexo a esta inversão de prioridades. Matar e torturar um animal tem o IVA reduzido; cuidar e alimentar tem o IVA máximo. Não pode continuar assim!

Sr.as e Srs. Deputados, hoje esta Assembleia tem a oportunidade de corrigir este desvio moral. É lamentável assistir a membros da bancada do Governo, que já em tempos defenderam a causa animal, hoje permitirem que o Ministro das Finanças e as forças políticas que sustentam o Governo, aprovem esta inversão moral de valores no Código do IVA. Cuidar de um animal não tem de ser um privilégio, mas sim um valor coletivo, também com tributação fiscal.

Mas a responsabilidade ética não se esgota aí. O Parlamento deve também decidir se quer que os jovens permaneçam em Portugal ou se prefere continuar a empurrá-los para a emigração, como se o País fosse incapaz de reconhecer o seu esforço académico. O PAN voltou a apresentar uma proposta simples e justa, que permite que os jovens que iniciam a sua vida profissional possam acumular o prémio salarial com o regime de IRS Jovem.

Agradeço ao PS a avocação desta medida. É da mais elementar justiça, e esperamos que a maioria parlamentar e também as bancadas que sustentam o Governo tenham, de facto, a humildade e a coragem de dizer aos jovens que há vontade política para aprovar esta medida. Porque a mensagem é clara: não devemos punir quem quer estudar, qualificar-se e trabalhar. Devemos incentivar a qualificação, e isso exige coerência e não retórica. Não basta bater no peito a dizer que não se quer subsídio-dependentes. É preciso que se aprove estas medidas para quem quer trabalhar e estudar, porque ouvimos há pouco a crítica de quem vota contra as propostas mais do que justas, mas há bancadas que tinham o poder de mudar este sentido de voto e não o fizeram. Quanto a isso, nenhuma palavra!

Os que gostam de mandar os outros trabalhar, precisamente,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem, trabalhem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … têm hoje então esta oportunidade de permitir que os jovens que querem estudar e que são forçados a trabalhar para poderem estudar tenham incentivos do Estado para isso.

Mais: quando falamos de coerência, não podemos ignorar o que hoje corrói a vida de milhares de famílias — a habitação.

Desde que a AD (Aliança Democrática) chegou ao Governo, os salários e os preços da casa já aumentaram 17 %. Em Lisboa, as famílias gastam 116 % do seu salário, ou seja, mais do que aquilo que recebem, para assegurar um teto,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Está fora de tempo!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — …algo que acontece em cidades como Barcelona, Milão, Paris ou Berlim. Se queremos enfrentar esta crise, os municípios têm de fazer parte da solução.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

É por isso mesmo que o PAN propõe facilitar o acesso ao crédito pelos municípios, para construir e reabilitar a habitação pública a custos acessíveis. Sem este instrumento, exigir resultados às autarquias é condená-las à impotência.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Sr.as e Srs. Deputados, por fim, e numa das matérias mais discutidas hoje — as competências dos municípios e do Fundo de Emergência Municipal —, não podemos esquecer que o País enfrenta uma vulnerabilidade estrutural: a exposição crescente aos fenómenos climáticos extremos. Os incêndios do verão passado e as cheias do inverno não são exceções; tornaram-se padrões. É por isso mesmo, e tendo presente que cada evento destrói comunidades, empresas e meios de subsistência, e sendo quase sempre os municípios os que estão na linha da frente, que o PAN defende o reforço do Fundo de Emergência Municipal, para fazer face às catástrofes e aos prejuízos climáticos, que continuam sem financiamento adequado.

Muitas das vezes falamos em contas certas, mas contas certas não podem ignorar pessoas. Contas certas não podem ignorar o dever de cuidado que temos de tratar dos animais. Contas certas não podem ignorar a força da natureza.

O Sr. **Presidente**: —Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal enfrenta hoje uma das maiores crises sociais da sua história recente: a crise da habitação e do acesso à habitação. Os preços de compra e de arrendamento atingiram máximos históricos e tornaram-se inalcançáveis para milhares de famílias, sobretudo jovens e trabalhadores nos centros urbanos. O preço das casas condiciona a vida das famílias e a de tantos, tantos jovens. E é um problema de há anos, sem se ver a sua resolução. É preciso baixar o preço das casas.

Esta situação é agravada por uma oferta insuficiente e por um mercado dominado pela especulação, em que o lucro imediato se sobrepõe à função social da habitação. Todos sabemos que há cada vez mais casas vazias e cada vez menos pessoas com casa. É um paradoxo que traduz o falhanço das políticas de habitação nas últimas décadas. Há muito que é preciso fazer, mas há algo essencial: aumentar o parque público de habitação. Habitação pública garante um mercado regulado e estável.

É precisamente por isso que o Livre defende a criação e regulamentação do fundo para habitação pública. Propomos um fundo com uma dotação inicial de 1000 milhões de euros, enquadrado num plano plurianual até 2035. Este fundo garantirá um financiamento estável e previsível, assegurado pelo Orçamento do Estado e, sempre que possível, complementado por fundos europeus. O objetivo é simples, mas ambicioso: reforçar e reabilitar o parque público de habitação em Portugal.

Falamos de mais de 10 000 casas por ano. Em 10 anos, isso significa mais de 100 000 habitações públicas acessíveis e sustentáveis, energeticamente eficientes, a somar às cerca de 120 000 já existentes. Casas com qualidade, bem localizadas, integradas nas comunidades, que devolvam dignidade e segurança às famílias.

Este fundo não será, porém, um instrumento financeiro. Será um compromisso estrutural do Estado com a justiça social, a coesão territorial e a sustentabilidade urbana. Representa o passo decisivo para que o direito à habitação deixe de ser uma promessa adiada e passe a ser um pilar do Estado social.

O Governo, porém, prefere anunciar grandes números. Falou do investimento de 10 mil milhões de euros para a habitação até 2030, mas, quando olhamos de perto, percebemos que essa verba não é destinada à habitação pública. Está dispersa em garantias de crédito, em benefícios fiscais e em apoios ao setor privado, medidas que não resolvem o problema estrutural: a falta de casas a preços acessíveis para quem vive do seu trabalho.

Na prática, o investimento direto na construção, reabilitação e aquisição de habitação pública ronda apenas os 6,7 mil milhões de euros desde 2022. Isso dá cerca de 840 milhões por ano, contando com o PRR. Sem o PRR, o valor desce ainda mais. É insuficiente, é curto, é uma resposta tímida perante uma crise que exige coragem política e investimento estrutural.

O Livre propõe um caminho diferente. Não queremos depender de incentivos ou de exceções fiscais que beneficiam poucos. Queremos investimento público duradouro, com uma estratégia clara e de longo prazo.

A política de habitação tem de estar ao serviço das pessoas e tem de voltar a servir as pessoas. Tem de garantir que ninguém é forçado a sair da sua cidade por não poder pagar uma renda, que um jovem não tem de adiar a sua vida por não conseguir uma casa, que uma família não teme perder o teto por causa da especulação.

É este o verdadeiro compromisso com a justiça social: 1000 milhões de euros por ano para a habitação pública, com transparência, rigor e visão, sem truques, sem ilusões. Um investimento que cria emprego, reduz desigualdades e dá vida às nossas cidades.

O direito à habitação é um direito constitucional. Cabe ao Estado garanti-lo. Por isso, reafirmamos: só com investimento público consistente, planeado e ambicioso, poderemos responder à crise estrutural que hoje afeta milhares de portugueses. Só assim construímos um País mais justo, mais coeso e mais humano.

Hoje, esta Assembleia tem a oportunidade de votar a favor da proposta do Livre para o fundo de habitação pública, que garante habitação a preços acessíveis, qualidade de vida e bem-estar a todos os cidadãos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, que dispõe de 1 minuto e 2 segundos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, ouvimos aqui algumas intervenções que dizem que há um aumento das dificuldades de vida dos portugueses e, em certa medida, nós podemos reconhecer isso mesmo. Por isso é que este Governo aumentou já várias vezes o complemento solidário para idosos, por exemplo, e isentou a 100 % a compra de medicamentos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda não chegaste a essa idade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Hoje os idosos em Portugal não têm de fazer uma escolha entre alimentos ou medicamentos,…

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … que era aquilo que acontecia, por exemplo, no tempo da governação do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É assim, é! São dados, são dados!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E era importante, por exemplo, que estes partidos que aqui ouvimos, nomeadamente o Chega, o Bloco de Esquerda, o Livre e o PAN, o reconhecessem.

Aliás, deixem-me dizer-vos que, para partidos pequenos, que trazem aqui propostas que custam muito dinheiro, é fácil fazer promessas.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Por exemplo, o Bloco de Esquerda fala do aumento do subsídio de refeição, mas não reconhece que essa medida, só no setor público, podia custar cerca de 1000 milhões.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

No caso do PAN, no IVA dos veterinários, estamos a falar de 180 milhões de euros. E, no caso do Chega, no IVA dos alimentos, de 700 milhões. Ninguém explica onde é que ia buscar o dinheiro para suportar estas medidas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 50 segundos.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, sentindo a aflição do Sr. Deputado Hugo Carneiro face à necessidade de ir procurar fontes de receita para poder financiar medidas mais do que justas, como por exemplo o subsídio de refeição para os trabalhadores, eu devolvo-lhe a pergunta: porque é que abdicou de 400 milhões de imposto que vai devolver aos bancos e de uma taxa extraordinária sobre a banca e não foi capaz de criar uma alternativa que financiasse o Orçamento do Estado e o subsídio de refeição dos trabalhadores?

O Sr. **Presidente**: — O CDS-PP transfere 1 minuto para o PSD, portanto, para responder, o Sr. Deputado Hugo Carneiro vai ter qualquer coisa como 1 minuto menos 13 segundos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, nós já baixamos em impostos, principalmente no IRS, mas no total, no IRS e no IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), mais de 3500 milhões de euros, com grande enfoque no IRS. Estamos a falar da classe trabalhadora.

Protestos de Deputados do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aumentámos várias vezes o complemento solidário para idosos, como disse, e isentámos os medicamentos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O PSD é que aumentou…! Upa, upa!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não confunda a promoção da atividade económica e a necessidade de atrairmos investimento e valorizarmos os salários com tudo o resto.

É pena que a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua não consiga explicar a esta Câmara aquela questão que lhe coloquei: como é que suportaria 1000 milhões de euros de custo adicional sobre o Orçamento se aumentasse o subsídio de refeição? É pena que não o faça, porque é fácil prometer quando o dinheiro não é nosso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Pausa.

Sr. Deputado, peço desculpa, a Sr. Deputada Mariana Mortágua inscreveu-se para um novo pedido de esclarecimento.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, ouvi o Sr. Deputado Hugo Carneiro e não consigo perceber em que medida é que permitir que a banca — que tem lucros astronómicos, *record*, nestes anos — deixe de pagar uma taxa extraordinária, abdicando dessa receita, sem encontrar uma compensação e, ainda, devolvendo aos bancos centenas de milhões de euros, é um incentivo à atividade económica e ao investimento.

O Sr. Deputado há de me conseguir explicar…

Protestos do PSD e do CH.

… em que medida é que abdicar de centenas de milhões de euros e dar uma borla fiscal à banca é um incentivo à atividade económica e ao investimento neste momento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Demagogia!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares diz que não podia haver outro pedido de esclarecimento — com certeza, tem razão — e isto é considerado como intervenção, pois a Sr.ª Deputada tinha tempo disponível para o efeito. Assim, será interpretada como uma intervenção.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda assim, Sr. Presidente, com a sua permissão, faço uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para dizer exatamente isso.

Em primeiro lugar, não há um pedido de esclarecimento em cima de um pedido de esclarecimento. De resto, até gosto desta dialética parlamentar, mas isso não tem cabimento no Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem razão, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para ser uma nova intervenção e uma nova inscrição, teria de seguir a ordem das inscrições e, primeiro, falaria o Deputado da JPP.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa assume o erro.

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Sousa, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, neste momento, volto a insistir na mobilidade aérea entre Portugal continental e as regiões autónomas, na esperança de que, quer o Partido Socialista quer o Partido Chega, possam evoluir no seu sentido de voto, aprovando a nossa iniciativa, ora em discussão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Evolui tu! Vota a favor das propostas do Chega! Não estás a fazer nada de novo!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Durante anos, milhares de residentes nos Açores e na Madeira foram obrigados a adiantar valores exorbitantes para viajar dentro do seu próprio País. O Estado português transforma os cidadãos insulares em autênticos fiadores do seu próprio País e isso não é mobilidade, isso é um obstáculo. É um obstáculo criado pelo próprio Estado.

A proposta que apresentamos acaba de vez com esta pura aberração. Criamos o fundo de garantia da mobilidade aérea que garante uma regra simples e justa:…

Protestos do Deputado do CH Francisco Gomes.

… o passageiro paga apenas o valor final subsidiado e ponto final. O diferencial é liquidado automaticamente pelo Estado, junto das companhias aéreas, sem adiantamentos, sem reembolsos, sem humilhações silenciosas.

O que se pretende, e estamos aqui a pedir, é mais justiça e mais eficiência.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — És uma cópia do CH!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — O que está em causa é terminar um sistema que é, ao mesmo tempo, burocrático, desigual e financeiramente irracional. O que está em causa é cumprir a Constituição, que vai exigir solidariedade e coesão nacional, não apenas no discurso, mas na prática.

Protestos do Deputado do CH Francisco Gomes.

As regiões autónomas não podem continuar reféns de um modelo que cria barreiras em vez de criar igualdade. Por isso, deixo aqui um apelo claro. Chegou o momento de este Parlamento, principalmente, e — uma vez mais reitero — quer o Partido Chega quer o Partido Socialista, dizerem que todos os portugueses contam,…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Andas a enganar os madeirenses!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … que todos têm os mesmos direitos e que a mobilidade aérea não pode ser um privilégio, mas sim um direito efetivo.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Aprova as propostas do CH!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Está nas nossas mãos acabar com esta injustiça. Está nas nossas mãos garantir mobilidade digna para todos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, gostaria de clarificar aqui o seguinte, porque, naturalmente, a bancada do PSD, nas suas intervenções, refere aquilo que lhes dá jeito e não aquilo que é, de facto, a abordagem global, para dizer o seguinte: nós apresentamos propostas que significam mais investimento, para responder a problemas concretos que afetam, todos os dias, a vida das pessoas no nosso País e para o desenvolvimento do nosso País. Mas apresentamos também propostas com justiça fiscal, para que o Estado possa ter mais receita para fazer exatamente esse investimento.

Isto é o que ocultam sempre; e ocultam porque lhes dá jeito, porque quando toca a colocar em causa os lucros dos grandes grupos económicos, as grandes fortunas,…

Protestos do CH.

… aí, para o PSD, para o CDS,…

Burburinho na Sala.

… para o Chega, também, e para a IL, aí não se toca. Agora, resolver os problemas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, dispõe de 29 segundos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, quase 50 % do IRC é pago por micro, pequenas e médias empresas. Era um facto que a Sr.ª Deputada deveria, enfim, considerar, uma vez que, ao reduzirmos o IRC, estamos a valorizar também essas empresas. Nós não queremos empresas pequeninas, queremos empresas grandes, queremos atrair investimento.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não foi isso que disse! Nem cheguei aí!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Veja o caso de países com uma taxa de IRC mais alta que, ao longo dos anos, foram capazes de atrair investimento.

Deixe-me dizer também, Sr.ª Deputada Paula Santos, é que o PCP promete muito, mas aquilo que verdadeiramente quer, e isso viu-se nos anos em que esteve com a geringonça, é pessoas dependentes do Estado.

Vozes do PSD: — Ora! Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mesmo depois de transferências sociais, dois milhões de pobres foi a herança que nós recebemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Secretária de Estado da Habitação, dispõe de 19 segundos.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação** (Patrícia Gonçalves Costa): — Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, e clarificar que este Governo não precisou de nenhum fundo para ter o compromisso com os portugueses de aumentar o parque público.

Um aumento de 9 mil milhões de euros para conseguirmos concretizar respostas habitacionais, diariamente, em sintonia com as necessidades dos municípios, construção nova, reabilitação e aquisição. Não foi preciso nenhum fundo — mais um milhão de euros. Garantimos a concretização de um PRR, dando a dotação…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Para um pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, por falar nisso, gostaria muito de lembrar que o Livre propôs, nos Orçamentos do Estado para 2024 e 2025, o Fundo de Emergência para a Habitação, 25 % do imposto do selo sobre transações imobiliárias, que seria, na altura, 100 milhões de euros anuais, e que esse Fundo de Emergência para a Habitação não está regulamentado e ainda não entrou em funcionamento e temos muitas pessoas que poderiam estar a usá-lo e não estão a usá-lo, e estamos à vossa espera, Sr.ª Secretária de Estado. Portanto, espero que o regulamentem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Secretária de Estado não tem tempo para responder, portanto, vamos considerar findo este nosso debate.

Pedia aos Srs. Deputados para fazerem o registo, para podermos passar ao ponto das votações. O sistema está aberto para verificação do quórum. Se algum dos Srs. Deputados, ou Sr.ª Deputada, não se conseguir registar, faça o favor de o dizer agora.

Entretanto, aproveito para informar a Câmara de que estão a assistir aos nossos trabalhos, nas várias galerias, um grupo de 63 alunos e professores do Colégio Internato dos Carvalhos, de Vila Nova de Gaia, um grupo de 45 alunos e professores da Escola Básica e Secundária de Carcavelos, um grupo de 48 alunos e professores da Associação Grupo de Amigos de Lagos, um grupo de 62 alunos e professores da Escola Secundária Padre António Vieira, de Alvalade, um grupo de 29 alunos e professores da Escola Secundária Seomara da Costa Primo, da Amadora, e um grupo de 35 alunos e professores da Escola Secundária Cacilhas-Tejo.

Aplausos gerais.

Algum Sr. Deputado, ou Sr.ª Deputada, não se conseguiu registar? Façam favor de se anunciar.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Presidente**: — Mais ninguém? Então, poderemos fechar o sistema de verificação de quórum, se faz favor.

Pausa.

Estão 197 Sr.as e Srs. Deputados presentes, portanto, temos quórum para proceder às votações.

Pedia atenção, para ver se corre rapidamente.

Vamos começar votar da proposta 489-C, do CH, referente ao artigo 63.º, que substitui a verba 3.1 da Lista II, anexa ao Código do IVA.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do L e do CDS-PP, votos a favor do CH, da IL e do BE e as abstenções do PS, do PCP, do PAN e do JPP.

Passamos à votação da proposta 5-C, do PAN, que adita um artigo 63.º-A — Aditamento à lista I anexa ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL e do PCP.

Seguimos com a votação da proposta 853-C, do BE, que adita um artigo 68.º-A — Fundo Terra de Miranda.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e PCP.

Vamos agora votar a proposta 1437-C, do JPP, que adita um artigo 68.º-B — Extensão da isenção de IMT e imposto do selo para aquisição de habitação própria e permanente — «Geração 1980».

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, votos a favor do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Passamos à votação da proposta 1902-C, do PSD e do CDS-PP, que adita um artigo 70.º-A — Estudo sobre a tributação de pensões obtidas por novos residentes.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, votos contra da IL, do PCP e do BE e a abstenção do PS.

De seguida, vamos votar a proposta 1368-C, do PS, que adita um artigo 72.º-A — Afetação da receita fiscal resultante da eliminação do desconto em vigor no Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, votos a favor do PS, do PAN e do JPP e as abstenções do L, PCP e BE.

Vamos agora votar a proposta 442-C1, da IL, na parte em que adita um artigo 73.º-A — Alteração à Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, votos a favor da IL e do PAN e a abstenção do JPP.

Segue-se a votação da proposta 1378-C, do PAN, que adita um artigo 73.º-A — Aditamento ao Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PCP e do BE.

Passamos à votação da proposta 234-C1, da IL, na parte em que adita um artigo 85.º-A — Alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, votos a favor do CH, da IL e do PAN e a abstenção do JPP.

Votamos a proposta 234-C2, da IL, na parte em que adita um artigo 85.º-B — Aditamento ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, votos a favor do CH, da IL e do PAN e a abstenção do JPP.

Agora, votamos a proposta 648-C, do CH, que elimina o artigo 89.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN, votos a favor do CH e as abstenções do PCP, do BE e do JPP.

De seguida, não havendo objeções, vamos votar as alíneas *a*) e *b*) do n.º 1, o corpo do n.º 1 e os n.ºs 2, 3, 4, 5 e 6 do artigo 89.º da proposta de lei.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do CH, do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL, do L e do JPP.

Vamos agora votar a proposta 1649-C, do PS, que adita um n.º 7 ao artigo 89.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do PAN e do JPP e as abstenções do L e do BE.

Votação da proposta 1112-C, do CH, que adita um artigo 89.º-A — Transferência do Estado para os municípios para apoio a associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.

Vamos agora entrar no artigo 90.º — Fundos disponíveis e entidades com pagamentos em atraso no subsetor local.

Começamos com a votação, em conjunto, dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do BE e do PAN e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do BE e do JPP.

De seguida vamos votar a proposta de eliminação do n.ºs 5, 6, 7 e 8.

Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, se for para juntar as eliminações propostas pelo Partido Chega, podemos votar conjuntamente as propostas de eliminação dos n.ºs 5 e 6 e depois as restantes.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à votação da eliminação do n.º 5 do artigo 90.º e do n.º 6 do mesmo artigo, certo? Não? Então vamos votar ponto a ponto, pois começa a ser muita confusão.

Vamos votar a proposta 649-C, do CH, na parte em que elimina o n.º 5 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do BE.

De seguida, passamos para a votação do n.º 5 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do PAN e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L e do BE.

Votamos a proposta 649-C, do CH, na parte em que elimina o n.º 6 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do CH e as abstenções do PS, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos agora votar o n.º 6 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L e do BE.

Votação da proposta 649-C, do CH, na parte em que elimina o n.º 7 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do BE.

Vamos votar o n.º 7 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do PAN e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do BE e do JPP.

Segue-se a votação da proposta 649-C, do CH, na parte em que elimina o n.º 8 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do BE.

Votação do n.º 8 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Continuamos com a votação da proposta 649-C, do CH, na parte em que elimina o n.º 9 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do BE.

Votamos o n.º 9 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Passamos à votação da proposta 649-C, do CH, na parte em que elimina o n.º 10 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do L e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do PCP e do BE.

Segue-se a votação do n.º 10 do artigo 90.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PCP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos agora entrar no artigo 91.º — Redução dos pagamentos em atraso.
Não havendo objeções, vamos votar, em conjunto, os n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 91.º da proposta de lei.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, do L, do PCP e do BE.

Passamos ao artigo 92.º — Pagamento a concessionários decorrente de decisão judicial ou arbitral ou de resgate de contrato de delegação ou concessão.
Pode ser em conjunto? Diga Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria só votar separadamente o n.º 8 deste artigo. O resto pode ser em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — O n.º 8, que é o último.
Com esta clarificação, vamos votar, em conjunto, as alíneas *a*) e *b*) do n.º 1, o corpo do n.º 1, as alíneas *a*) e *b*) do n.º 2, o corpo do n.º 2 e os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 7 do artigo 92.º do projeto de lei.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra da IL, e as abstenções do CH, do PS, do L, do PCP e do BE.

Temos, agora, a votação do n.º 8 do artigo 92.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra da IL, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS e do L.

Vamos agora entrar no artigo 93.º — Fundo de Financiamento da Descentralização e transferências financeiras ao abrigo da descentralização e delegação de competências.
Começamos com a votação da proposta 172-C, do PCP, na parte em que substitui a alínea *a*), do n.º 1 do artigo 93.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Votamos a alínea *a*), do n.º 1 do artigo 93.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do L e do PCP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do BE e do PAN.

Votação da proposta 172-C, na parte em que substitui a alínea *b*), do n.º 1 do artigo 93.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Votação da alínea *b*), do n.º 1 do artigo 93.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS, da IL, do PAN e do JPP.

Agora, votamos a proposta 172-C, na parte em que substitui a alínea *c*), do n.º 1 do artigo 93.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS, do PAN e do JPP.

Votamos, agora, a alínea *c*) do n. 1 do artigo 93.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE as abstenções do CH, do PS, da IL e do PAN.

Vamos votar a proposta 172-C, do PCP, na parte em que substitui a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 93.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Votamos, agora, a alínea *d*) do n.º 1 do artigo 93.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS, da IL, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação da proposta 172-C, do PCP, na parte em que substitui o n.º 1 do artigo 93.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Vamos agora votar o corpo do n.º 1 do artigo 93.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS e da IL.

Prosseguimos com a votação do Mapa — Fundo de Financiamento de Descentralização, constante do Anexo II a que se refere o artigo 93. º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL e do L.

Agora temos para votar o n.º 2 do artigo 93.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL e do L.

Passamos à votação da proposta 172-C, do PCP, na parte em que substitui o n.º 3 do artigo 93.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Não havendo objeção, vamos votar, em conjunto, os n.os 3 e 4 do artigo 93.º.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL e do L.

Segue-se a votação da proposta 172-C, do PCP, na parte em que substitui o n.º 5 do artigo 93.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do CH.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente,…

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, se quer usar da palavra, faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, para facilitar, eu sugeria que votássemos do n.º 5 ao n.º 8 e depois os n.os 9 e 10.

O Sr. **Presidente**: — Alguém se opõe?
Dizem-me que não pode ser. Vamos, pois, votar o n.º 5 do artigo 93. º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL, do PAN e do JPP.

Como há concordância, vamos agora votar, em conjunto, os n.os 6 e 7 do artigo 93.º.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS, da IL e do L.

Prosseguimos com a votação do n.º 8 do artigo 93.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL e do L.

Vamos votar o n.º 9 do artigo 93.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS, do PAN e do JPP, os votos contra do BE e as abstenções do PS, do CH, da IL, do L e do PCP.

Segue-se a votação do n.º 10 do artigo 93.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do BE e as abstenções do PS, da IL, do L e do PCP.

Vamos agora votar a proposta 1588-C2, do PS, de aditamento de um artigo 93.º-A — Concretizar o cumprimento do Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Passamos ao artigo 94.º — Auxílios financeiros e cooperação técnica e financeira.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, por nós, podemos votar o n.º 1 e depois os restantes em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Alguém se opõe?
Como não há oposição, começamos, então, por votar o n.º 1 do artigo 94.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra da IL e as abstenções do CH, do PS, do L e do BE.

Vamos agora votar as alíneas *a*) e *b*) e o corpo do n.º 2 do artigo 94.º.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra da IL, do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS e do L.

Vamos passar ao artigo 95.º — Fundo de Emergência Municipal.
Começamos por votar a proposta 55-C1, do PAN, de substituição do n.º 1 do artigo 95.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Votamos, agora, o n.º 1 do artigo 95.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do L e as abstenções do CH, do PS, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se, para votar, o n.º 2 do artigo 95.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, do L, do PCP e do BE.

Passamos à votação da proposta 56-C, do PAN, que substitui o n. º 3 do artigo 95.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra da IL e as abstenções do CH e do PS.

Passamos ao n.º 3 do artigo 95.º…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, a votação do n. º 3 do artigo 95.º da proposta de lei está prejudicada pela aprovação da proposta do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Obrigada, Sr.ª Deputada.
Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas, por uma questão de clareza do que estamos a fazer, pedir a interrupção dos trabalhos por 30 segundos, para termos a certeza de que o nosso sentido de voto na proposta do PAN é exatamente aquele que queríamos.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Pausa.

Srs. Deputados, estamos em condições de continuar, pelo que vou pôr à votação a proposta 7-C, do PAN, de substituição do n.º 4 do artigo 95.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Vamos votar a proposta 650-C, do CH, de substituição do n. º 4 do artigo 95.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

Votamos agora o n.º 4 do artigo 95.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS, do L, do PCP e do BE.

Prosseguimos com a votação da proposta 55-C2, do PAN, na parte em que adita um n.º 5 ao artigo 95.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do PCP.

Votamos agora o artigo 97.º — Despesas urgentes e inadiáveis.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Segue-se o artigo 98.º — Liquidação das sociedades Polis.
Vamos votar o n.º 1.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do L, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do PS e do BE.

Temos agora para votar o n.º 2 do artigo 98.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e da IL e as abstenções do PS e do BE.

Prosseguimos com a votação do n.º 3 do artigo 98.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do PS, do CH e do BE.

Passamos ao artigo 100.º — Previsão orçamental de receitas dos municípios resultantes da venda de imóveis.
Vamos votar, em conjunto, os n.ºs 1, 2 e 3.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP e do JPP e as abstenções do PS, do CH, da IL, do BE e do PAN.

Segue-se o artigo 101.º — Empréstimos dos municípios para habitação e operações de reabilitação urbana.
Votamos a proposta 8-C1, do PAN, na parte em que substitui o n. º 1 do artigo 101.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do CDS-PP e do PCP, os votos a favor do L, do PCP e do PAN e as abstenções do CH, do PS e do BE.

Segue-se a votação da proposta 1650-C1, do PS, na parte em que substitui o n.º 1 do artigo101.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do CH e do BE.

Tendo em conta este resultado, a votação do n.º 1 do artigo 101. º resulta prejudicada, pelo que avançamos para o n.º 2 do artigo 101.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do CH, da IL e do PCP e as abstenções do PS, do L e do BE.

De seguida, vamos votar o n.º 3 do artigo 101.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do CH, da IL e do PCP e as abstenções do PS, do L e do BE.

Votamos, agora, a proposta 8-C2, do PAN, na parte em que adita um n.º 4 ao artigo 101.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PS e do BE.

Segue-se a votação da proposta 1650-C2, do PS, na parte em que adita um n.º 4 ao artigo 101.º.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra da IL e do PCP e as abstenções do CH e do BE.

Vamos votar o artigo 102.º — Linha BEI PT 2020 e PT 2030 – Autarquias.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PCP, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e da IL e as abstenções do PS, do L e do BE.

Avançamos para o artigo 103.º — Transferência de recursos dos municípios para as freguesias.
Vamos votar, em conjunto, os n.ºs 1 e 2.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L, do PCP e do BE.

Votamos agora o artigo 104.º — Dedução às transferências para as autarquias locais, constante da proposta de lei do Orçamento do Estado.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se o artigo 105.º — Acordos de regularização de dívidas das autarquias locais, e começamos por votar a proposta 1214-C, do CH, de substituição do n.º 1 do artigo 105.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP, do L, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH e da IL e as abstenções do PAN e do JPP.

Passamos à votação conjunta dos n.os 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 do artigo 105.º.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Avançamos para o artigo 106.º — Aumento da margem de endividamento, começando por votar, em conjunto, os n.os 1 e 2.

Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do PCP e do CDS-PP, o voto contra da IL e as abstenções do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos agora a proposta 173-C, do PCP, na parte em que adita um n.º 3 ao artigo 106.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação da proposta 1221-C, do JPP, que adita um n.º 3 ao artigo 106.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L, do PCP e do BE.

Vamos votar a proposta 173-C, do PCP, na parte em que adita um n. º 4 ao artigo 106.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação da proposta 173-C, do PCP, na parte em que adita um n.º 5 ao artigo 106.º.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Votamos agora a proposta 1657-C, do PS, que adita um artigo 107.º-A — Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PCP.

Vamos votar a proposta 1884-C1, do PSD e do CDS-PP, na parte em que elimina o n.º 3 do artigo 111.º — Necessidades de financiamento das regiões autónomas.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Tendo em conta este resultado, a votação do n.º 3 do artigo 111. º resulta prejudicada.

Vamos votar a proposta 1884-C2, do PSD e do CDS-PP, na parte em que adita um artigo 111.º-A — Redução da dívida das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL e do PCP.

De seguida, votamos a proposta 873-C, do Livre, que adita um artigo 112.º-A — Cria o fundo para a habitação pública.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Segue-se a votação da proposta 1085-C, do JPP, que adita um artigo 112.º-A — Criação do fundo de garantia da mobilidade aérea nas Regiões Autónomas.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do L.

Passamos à votação da proposta 1560-C, do PSD e do CDS-PP, que adita um artigo 112.º-A — Obrigações de serviço público de transporte aéreo de carga para a Região Autónoma dos Açores.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS e do L.

Vamos votar a proposta 859-C, do Bloco de Esquerda, que adita um artigo 112.º-C — Aditamento do subsídio de refeição ao Código do Trabalho.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

E assim terminamos este ponto da nossa ordem de dia.
Peço uns instantes para nos organizarmos.

Pausa.

Vamos, pois, entrar no terceiro ponto da ordem do dia, que consiste na continuação da discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026.
Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem e a quem estiver para sair que o faça com alguma rapidez para termos condições para ouvir.
No âmbito do artigo 113.º, tem a palavra a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento os Srs. Membros do Governo, as Sr.as e os Srs. Deputados.
O Partido Socialista pretende continuar a ver reforçada a capacidade de resposta da proteção civil.
Por isso, e na sequência da nossa iniciativa sobre valorização profissional dos bombeiros e reforço do investimento na proteção e nos corpos de bombeiros, que recentemente recebeu a aprovação desta Câmara, damos agora enquadramento temporal a duas das medidas nela contempladas.
Uma é a de fixar critérios para a implementação de contratos-programa entre o Estado central, as autarquias locais e as associações humanitárias, como, aliás, consta da pasta de transição do último Governo socialista. A outra, que é prévia à primeira, é a atualização das cartas de risco a fim de reforçar o alinhamento do financiamento e, obviamente, adequar as equipas de intervenção permanente às necessidades de cada concelho.
Considerando que as medidas já tiveram acolhimento, a expectativa é a de que haja agora a aprovação para a sua execução em 2026.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem. Vou repetir: pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o respeito que têm pela Assembleia da República!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, segundo o relatório global de inspeções sem aviso prévio realizadas pela IGAI (Inspeção-Geral da Administração Interna) no ano passado, das 69 esquadras inspecionadas, 27 não tinham condições para atender o público.

Vozes do CH: — Uma vergonha!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — E, em seis casos, a Inspeção-Geral da Administração Interna, a IGAI, considera não houver condições para estarem sequer em funcionamento. Isto é uma autêntica vergonha num Estado de direito.

Aplausos do CH.

Mas, Sr.as e Srs. Deputados, vamos ver com os nossos próprios olhos. Isto é na esquadra do Pragal: janelas que não fecham, baldes no chão, tetos a pingar. Uma vergonha!

O orador exibiu uma imagem.

Temos aqui militares mordidos por percevejos no posto da GNR (Guarda Nacional Republicana) da Ajuda.

O orador exibiu uma imagem.

Temos também aqui polícias que dividem armários com baratas e ratos. Isto não é IA (Inteligência Artificial), isto são notícias que podem verificar, e não é no Bangladesh.

O orador exibiu uma imagem.

E temos aqui militares do posto da GNR de Portalegre mordidos por ratos.

O orador exibiu uma imagem.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, isto representa não só uma vergonha autêntica, como um dano na própria imagem de soberania e de autoridade do Estado.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — O que pergunto, Srs. Deputados, é: quando é que vamos dar o mínimo de condições às forças de segurança?

Disse este mês a Sr.ª Ministra da Justiça, que aqui não se encontra, mas vou na mesma falar sobre isto, o seguinte: «Sabemos perfeitamente que há muito a fazer, mas não podemos ir a todo lado ao mesmo tempo.» O que não se pode fazer é não ir a lado nenhum em tempo algum, e não é desmascarando esta realidade com relatórios.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — É preciso ação, é preciso compromisso e é preciso investimento.

Aplausos do CH.

Reforce-se, como tal, as verbas no Orçamento do Estado, como o que propomos, para a reabilitação das instalações para estes homens e mulheres que tanto nos dão e comecemos, de uma vez por todas, a dar dignidade às forças de segurança.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à proposta de um artigo 113.º-A. Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Barbosa, do Partido Socialista.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a abertura da Linha do Douro até Barca d'Alva é um desígnio nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É agora!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É hora de o PSD corrigir o erro que cometeu, porque o PSD fechou a linha e tem agora a oportunidade de a abrir.

Quem reconhece que estava enganado é mesmo o ex-Ministro do PSD Miguel Cadilhe, que diz que já se arrependeu de ter fechado a Linha do Douro e agora defende a reabertura. E diz mesmo: «Enganei-me. Fomos enganados. Não sei se o Ministro das Obras Públicas de então o fez intencionalmente.»

Em 2021, quando o PSD estava na oposição, pediu e recomendou ao Governo a reabertura da Linha do Douro até Barca d'Alva. E foi mais longe: queria reabrir a linha até Espanha. Por isso, agora é o momento de o PSD votar a favor desta proposta para reabrir a Linha do Douro até Barca d'Alva.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Tenho pena que o Sr. Ministro das Infraestruturas, que se transformou num ministro da propaganda e que nos pede todos os dias 1 minuto para fazer um vídeo para o *TikTok*, não tenha tido tempo para vir aqui hoje ouvir falar da Linha do Douro até Barca d'Alva.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Ainda sobre a proposta de um artigo 113.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, não vale a pena repetirmos, todos os anos, as queixas e os protestos estivais por causa dos incêndios na floresta, nem repetir diagnósticos, se não tomarmos as medidas que tardam.

Na proposta que o PCP apresenta para medidas efetivas para a floresta, para a defesa da floresta e para a valorização dos seus imensos recursos, mas também das populações e da economia da floresta, o PCP propõe um importante programa de defesa e valorização da floresta nacional com uma dotação inicial, repito, inicial, de 100 milhões de euros.

Este programa aponta o desenvolvimento, até ao final do próximo ano, de 75 % da rede primária de faixas de gestão de combustível; um programa nacional de fogo controlado executado em, pelo menos, 10 000 ha no próximo ano; o reforço das equipas de sapadores florestais para atingir o objetivo de 500 equipas, já fixado há muitos anos; um importante conjunto de medidas para a execução a 100 % das verbas do PRR; um programa permanente de apoio à pastorícia de montanha e um programa permanente de reflorestação com espécies autóctones.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, com esta proposta, o Bloco de Esquerda visa pagar uma promessa aos bombeiros: reconhecimento da sua profissão como uma profissão de desgaste rápido, atribuindo um subsídio de risco que respeite a profissão e os riscos todos os dias assumidos pelos bombeiros e que permita reduzir a idade da reforma, cumprindo, assim, as promessas que são feitas a cada ano na época dos incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se propõe nesta proposta de artigo 113.º-A é a criação de um fundo de comparticipação aos bombeiros profissionais, municipais e sapadores.

Todos sabemos que a legislação não prevê que o Orçamento do Estado e os orçamentos regionais possam canalizar meios financeiros para investimento destas corporações. O que se propõe aqui é uma dotação global na ordem dos 70 milhões de euros, cabendo ao Governo proceder às alterações orçamentais necessárias, nos termos de uma portaria a publicar pelo respetivo Governo.

Esta norma cria um instrumento simples e transparente de financiamento, ou cofinanciamento, para os corpos de bombeiros municipais e sapadores, focando esse investimento na reparação de viaturas, na formação e modernização dos quartéis, na consolidação de escarpas e, acima de tudo, criando regras objetivas e majoração de 30 % para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Para finalizar, quero referir que esta dotação de 70 milhões de euros — deixo aqui a sugestão — podia ser alocada no Fundo Social Municipal na componente que diz respeito ao Governo da República, que ronda os 200 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Sandra Lopes, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Sandra Lopes** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, as escolas portuguesas têm vindo a acolher um número crescente de crianças e jovens que chegam ao nosso País sem saber falar a nossa língua.

Esta realidade exige uma resposta organizada, estável e atempada. Contudo, os alunos estrangeiros começaram este ano letivo com zero mediadores linguísticos. Só dois meses depois foi anunciada a contratação destes profissionais e, mesmo assim, existem lugares por preencher, o que evidencia uma fragilidade na capacidade de resposta. Os mediadores linguísticos desempenham um papel fundamental, facilitam a comunicação, a integração e apoiam a aprendizagem, desde o primeiro contacto, com o sistema educativo.

O Partido Socialista considera estruturante garantir que os mediadores linguísticos sejam contratados logo no início do ano eletivo, garantindo previsibilidade, estabilidade e cobertura nacional, motivo pelo qual acompanhará as propostas apresentadas neste sentido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à proposta de um artigo 116.ª-A. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para duas propostas do Bloco de Esquerda.

Por um lado, pretendemos criar tetos e limites às propinas que são cobradas, quer no primeiro ciclo, quer no segundo ciclo, ou seja, nos mestrados. Por outro lado, pretendemos fazer um caminho para a eliminação total da propina.

Se queremos que o ensino superior seja, de facto, universal e acessível a todos, então temos de começar por garantir que qualquer pessoa pode ter acesso a ele e que ele é gratuito. Daí esta proposta para eliminar as propinas na lei de financiamento do ensino superior.

O Sr. **Presidente**: — No âmbito do artigo 117.º, tem a palavra o Sr. Rui Cardoso, do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, temos vindo a referir como este é um mau Orçamento para os jovens portugueses. É um mau Orçamento por aquilo que tem, mas sobretudo por aquilo que não tem.

Este é um Governo que vive numa espécie de país das maravilhas, distante do país real.

Gostava que me dissessem se houve algum jovem português que tenha olhado para este Orçamento e dito: «Caramba, é mesmo disto que eu preciso para ficar em Portugal, para reter talento dos jovens qualificados.» Não existe um jovem em Portugal que diga isso!

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Sabem porquê? Porque este ainda não é um Orçamento que assegure condições de vida digna a quem cá está e a quem trabalha.

Aplausos do CH.

E um exemplo disso tem que ver com os jovens que se encontram deslocados nas instituições de ensino superior. Durante anos, vendemos-lhes sonhos de bons salários, de emprego e de retenção de talento, mas a verdade é que, ao fim do dia, esses sonhos não são mais do que ilusão.

Faltam camas, falta alojamento e, sobretudo, faltam métricas que nos permitam aferir qual o nível de implementação e desenvolvimento do Plano Nacional para o Alojamento Estudantil.

Precisamos de desenvolver uma solução articulada entre os municípios, as universidades e o Governo, para garantir que a oferta existente corresponde à procura, mas para isso é preciso planear, é preciso monitorizar, é preciso acompanhar. Em suma, é preciso ter uma estratégia, uma visão e um desígnio para Portugal, o que, enfim, parece que só o Chega tem.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação** (Alexandre Homem Cristo): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a missão deste Governo e, em particular, do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, é assegurar a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade para todos os alunos e em todo o território nacional.

Este Orçamento do Estado expressa este compromisso. Na educação, a nossa primeira prioridade é garantir que a escassez de professores não gera situações de alunos sem aulas.

Desde 2024, temos adotado medidas para reforçar a estabilidade do corpo docente.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Abrimos dois concursos externos extraordinários para as zonas carenciadas, criámos um apoio à deslocação e, este ano, com efeitos a setembro, alargámos esse apoio a todos os professores deslocados a mais de 70 km, majorando esse valor para as zonas carenciadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Estamos a pagar horas extraordinárias e criámos um complemento remuneratório de 750 € para docentes que, podendo reformar-se, escolham prolongar a sua vida ativa.

Estas medidas representam 138 milhões de euros em 2026.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Sabemos que a escassez de professores é um desafio estrutural. Nos próximos 10 anos, teremos de formar e recrutar cerca de 40 000 novos docentes.

É por isso que estamos a investir em medidas de apoio de médio e longo prazo, para apoiar e resolver este desafio.

Por um lado, o Ministério assinou contratos-programa com 11 instituições de ensino superior, para aumentar as vagas nos cursos de formação de professores e fazer a profissionalização em serviço. Trata-se de um investimento de 27 milhões de euros.

Por outro lado, está em curso a negociação da revisão do estatuto da carreira docente, com vista à implementação daquilo que for negociado em 2027, dando assim seguimento às negociações já bem-sucedidas para a reposição integral do tempo de serviço congelado dos professores.

Não estamos apenas a valorizar os professores. Este Orçamento reforça outras áreas essenciais do sistema educativo.

Estamos a alargar o acesso à educação pré-escolar, num investimento total que ultrapassará os 700 milhões de euros; estamos a financiar a requalificação de 387 escolas, num investimento de 1,5 mil milhões de euros até 2030; estamos a dar recursos às escolas, contratando psicólogos e outros técnicos especializados, num total de 37 milhões de euros em 2026;…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… estamos a melhorar a operacionalização da educação inclusiva, na qual se investe 390 milhões de euros em 2026; e estamos a modernizar o ensino profissional, com a criação de 404 CTE (centros tecnológicos especializados), executando 480 milhões de euros do PRR para esse efeito.

Se me permitem, aproveitando a intervenção da Sr.ª Deputada do PS sobre os mediadores linguísticos e culturais, reconhecemos a necessidade de apoiar os alunos estrangeiros que chegam ao território nacional e que não conhecem a língua portuguesa, nem sequer a cultura portuguesa.

E, portanto, não só fizemos esta medida, de 287 mediadores que, no ano letivo anterior, puderam ser contratados pelas escolas, como aumentámos o número desses mediadores a contratar para 310.

Naturalmente que, tendo a medida entrado em vigor a meio do ano letivo anterior, não foi possível a renovação desses profissionais. Este ano, tendo entrado no início do ano letivo, essa renovação será possível.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Sr.as e Srs. Deputados, no ensino superior e na ciência, o foco central deste Orçamento é garantir o acesso, a permanência e o bem-estar dos estudantes.

Não é aceitável que jovens desistam de estudar por motivos financeiros. Por isso, estamos a proceder a uma revisão profunda do sistema de ação social.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — E o aumento das propinas?!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — No próximo ano letivo, entra em vigor um novo modelo, mais equitativo, progressivo e transparente. É um modelo que se baseia no custo real por concelho e na situação socioeconómica dos estudantes, que introduz progressividade na relação entre rendimento e custo, que garante que nenhum bolseiro deslocado fica sem apoio de alojamento e que simplifica procedimentos, reduzindo barreiras administrativas.

Além dos 180 milhões de euros atualmente destinados à ação social no ensino superior, o novo modelo implicará um reforço de cerca de 30 milhões de euros por ano letivo.

Quanto ao alojamento estudantil, que continua a ser a maior dificuldade para muitos jovens, cumpriremos, até junho de 2026, a meta do PRR de 18 000 camas novas ou reabilitadas. No final, serão mais de 26 000 camas, entre as já existentes e as novas, num investimento total superior a 500 milhões de euros, dos quais 226 milhões já estão executados.

Assim sendo, considera-se da maior importância não comprometer estes processos com a aprovação de propostas que, sem critério demonstrável, visam perpetuar modelos de financiamento que não servem os interesses dos estudantes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, que tem 2 minutos para o efeito.

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.ªs Deputadas e os Srs. Deputados.

Sr. Secretário de Estado, pela sua intervenção, fica muito claro que é possível ter um Orçamento que baixa impostos e que salvaguarda o Estado social.

O orçamento para a educação é um orçamento reforçado, que nos vai permitir continuar a devolver a paz à escola pública, a promover a igualdade de oportunidades e a lançar uma nova geração de professores. Estamos a dignificar a mãe de todas as profissões.

Mas, enquanto decorrem as negociações entre o Governo e os sindicatos dos professores para a revisão do estatuto da carreira docente,…

Protestos da Deputada do CH Maria José Aguiar.

… os partidos da oposição aproveitam-se do Orçamento do Estado para lançarem propostas paralelas, à margem e à revelia da negociação com os sindicatos.

E, de um lado, não nos surpreendem, porque há uma pressa em tentarem sempre ultrapassar a ação do Governo, a pressa que nunca tiveram enquanto governaram.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Agora, de outros, a incoerência é mais surpreendente, porque se arrogam defensores dos trabalhadores, mas depois utilizam o Parlamento para desrespeitarem a negociação em curso com os sindicatos dos professores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD): — Por isso, Sr. Secretário de Estado, para que não restem dúvidas e porque a escola pública não precisa destes atalhos políticos propostos pela oposição, qual é a visão e o caminho que este Governo tem?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado para responder. Tem 2 minutos para efeito.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Ana Gabriela Cabilhas, sobre as negociações do estatuto da carreira docente, o Governo já tomou a sua posição: em primeiro lugar, respeitar a negociação e garantir que é em sede de negociação que, de facto, há um diálogo entre o

Governo e os professores. Mas, se nós não podemos, no fundo, antecipar os resultados dessa negociação, podemos, quando muito, dizer que já temos um caminho que queremos negociar com os professores.

Esse caminho implica valorização nos primeiros escalões da carreira, na remuneração dos primeiros escalões, implica ultrapassar um obstáculo que tem sido reivindicação dos professores de há muitos anos, que é acabar com as quotas nos acessos ao 5.º e 7.º escalões, e é termos uma legislação clara, previsível, que ajude não só a estar ao serviço e a valorizar a carreira dos que já estão nessa carreira, como também a servir para atrair jovens para a profissão docente, que é uma das necessidades do nosso País.

O nosso objetivo negocial é, durante o ano de 2026, fazer, ponto a ponto, aquilo que foi acordado na semana passada, em protocolo negocial com as estruturas sindicais. Cada ponto será implementado, à medida que é aprovado, e o objetivo é que toda a negociação esteja concluída até ao final do ano, para que, em 2027, possa entrar em vigor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 118.º, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Partido Socialista fica sempre muito satisfeito quando o Governo vem aqui falar de coisas que herdou do Partido Socialista, como os centros tecnológicos especializados, que encontrou feitos e financiados, e agora vem dizer que está a fazer.

Aplausos do PS.

Pelo menos nesse aspeto não fazem erros, quando continuam a herança que receberam.

Srs. Deputados, a Constituição determina que o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população. Aí radica, em primeira instância, o compromisso do Partido Socialista com a escola pública.

Mas, quando um território ou uma necessidade educativa não encontram resposta na escola pública, o Estado recorre a entidades particulares ou cooperativas. E, aí, o Estado deve respeitar essas entidades.

Por isso, o Partido Socialista propõe que, em 2026, se atualizem os apoios às escolas profissionais, aos contratos de patrocínio e aos contratos de cooperação.

Protestos do PSD.

É uma proposta coerente com a ação governativa do Partido Socialista,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não é coerente!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — … que, por exemplo, eliminou o corte de 5 % que o Governo, além da troica, impôs às escolas profissionais e que nós revogámos,…

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

… que valorizou o ensino artístico especializado e que atualizou os valores e as condições dos apoios às entidades privadas que acolhem alunos com necessidades educativas específicas.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Vergonha!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Para quem tem memória e não se alimenta da barulheira e do esquecimento, isto são boas razões para votar a favor da proposta do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Barreira Soares, do Chega.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta que hoje apresentamos aqui não é apenas mais uma proposta, mas sim um imperativo moral, social e institucional.

Falamos da proteção de quem diariamente assegura a saúde dos portugueses, médicos, enfermeiros, técnicos e todos os profissionais que mantêm o Serviço Nacional de Saúde vivo e funcional.

Em 2024, segundo dados oficiais do Serviço Nacional de Saúde, registaram-se 2581 episódios de violência contra profissionais de saúde, mais 230 casos que no ano transato.

Esta realidade traduz uma tendência preocupante na degradação das condições de segurança no local de trabalho, com impacto direto na qualidade dos serviços e na motivação de quem dedica a sua vida ao serviço público.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — A violência laboral não afeta apenas o trabalhador, pois compromete o funcionamento das instituições e fragiliza o próprio Serviço Nacional de Saúde.

É por isso que propomos que, em 2026, o Governo reforce as medidas de prevenção e proteção destes profissionais. Falamos de mais segurança nos estabelecimentos de saúde, mecanismos eficazes de prevenção, apoio jurídico e psicológico, sempre que ocorram situações de agressão. É uma política de tolerância zero perante qualquer forma de violência.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Esta proposta não é ideológica, não é controversa e não serve interesses partidários. Serve, sim, apenas um propósito: proteger quem nos protege a todos nós.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — O Estado tem a obrigação de garantir condições de trabalho seguras, dignas e humanas àqueles que sustentam o Serviço Nacional de Saúde com o seu esforço diário e, por estas razões, esta proposta é justa, necessária e inadiável.

Eu vejo o Sr. Ministro a rir. Não vejo grande caso para rir, mas, pronto, se acha graça, será responsável pelo seu riso e depois que justifique à população.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Era só o que faltava! Rir agora também paga imposto, queres ver?!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — É uma proposta de preservação da dignidade, de integridade e de continuidade de um Serviço Nacional de Saúde que se pretende que seja de excelência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora rir paga imposto, é?!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Não se zangue, Sr. Deputado Hugo Soares.

Portanto, agradeço que cumpram, agradeço que aceitem a responsabilidade desta própria proposta e muito obrigado a todos vocês.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, o acesso universal à educação deve ser assegurado para todos e em todo o lado, mesmo onde o Estado não tenha escolas suas, mesmo quando as paredes não são públicas.

O acesso à educação deve ser assegurado para quem quer ser músico, bailarino ou ator, para que possamos ter mais Marcelino Sambé.

O acesso à educação deve ser assegurado para quem quer ser mecânico, eletricista ou carpinteiro, para que possamos fazer crescer a nossa indústria.

E o acesso à educação deve ser assegurado para quem tem deficiência profunda ou severa, para que possamos proporcionar maior autonomia a quem um dia será adulto.

No Orçamento do Estado, o Governo diz, e passo a citar: «Para 2026, propõe-se reforçar as parcerias com as autarquias e com o sector privado, cooperativo, social e solidário, com vista a assegurar o acesso universal e gratuito à educação pré-escolar.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Mas o Estado não pode lembrar-se de reforçar parcerias só quando está à rasca e, depois de as ter, não cumprir com aquilo com que se comprometeu. É o que acontece atualmente com tantas e tantas escolas que têm contratos com o Estado. Algumas revisões de verbas são feitas em situações-limite, quando esses estabelecimentos ameaçam fechar portas ou quando fazem barulho na comunicação social.

Não podemos continuar a ter um Estado fora da lei, que anuncia tutores de inteligência artificial, mas que depois falha nas funções mais essenciais, como é o caso do acesso ao ensino — um Estado que é forte para si próprio, que é cooperante quando precisa, mas que incumpre quando controla.

As propostas da Iniciativa Liberal propõem repor a justiça social e fazer cumprir o que é devido. Estamos a falar de escolas de ensino profissional, artístico, que escolarizam alunos com deficiências severas, onde não há rede pública de ensino, e que prestam um serviço público de educação.

Este problema não é novo, mas o que pode ser novo é que aprovemos uma solução definitiva que permita o cumprimento da lei que tem por base o princípio do financiamento anual por aluno. Muitas destas portas abertas não podem só depender da boa vontade e do recurso a empréstimos. Se concordam — e espero que concordemos todos — que o código postal não pode determinar o futuro das crianças, então, este é o momento de comprovar isso mesmo, com a aprovação das propostas da Iniciativa Liberal para a educação.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Núncio está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, provavelmente, por lapso dos serviços, o tempo da Iniciativa Liberal foi descontado no tempo do CDS.

Risos gerais.

Por isso, propunha que se repusesse, penso, 2 minutos e 29 segundos a esse grande partido que se chama CDS-PP.

Muito obrigado.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Nem se notou a diferença!

O Sr. **Presidente**: — Já está assinalado, agradeço a chamada de atenção.

Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação, tem a palavra.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Educação**: — Sr. Presidente, em resposta às questões e às observações do Sr. Deputado Porfírio Silva e da Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, queria dar nota do seguinte: em relação aos contratos de patrocínio, vamos ter um novo ciclo, a partir do verão de 2026 e para os próximos dois anos letivos, e, nesse âmbito, vão ser revistos não só os valores como as condições para cada uma das ofertas do ensino artístico.

Em relação à educação inclusiva, temos em curso uma avaliação externa — que foi entregue, salvo erro, na última sexta-feira e, portanto, está finalmente do lado do Ministério — sobre a revisão do Decreto-Lei n.º 54/2018, em função da qual vamos fazer uma revisão do enquadramento da educação inclusiva. Esse enquadramento não é só legislativo, é também operacional, e, em função desse enquadramento operacional, vamos fazer uma revisão do ponto de vista financeiro.

Por fim, em relação ao ensino profissional, este terá, a partir de setembro de 2026, muitas alterações: umas que têm a ver com o catálogo, outras que têm a ver com os CTE, que o Sr. Deputado Porfírio Silva fez bem em lembrar. Nós não queremos os louros do que não temos! Obviamente, os CTE foram iniciados no XXIII Governo, mas, naturalmente, a execução tem sido uma das grandes prioridades do nosso Governo.

Como dizia, com os CTE e com o novo catálogo, o ensino profissional vai ter uma cara nova a partir de setembro de 2026. É também em função dessa grande reforma do ensino profissional que vamos rever os valores do financiamento do ensino profissional, baseando nos custos reais.

Para todas estas áreas, estas conversas têm sido feitas com os representantes dos sectores. Estamos a trabalhar já para que o ano letivo, a partir de setembro de 2026, tenha os custos correspondentes às necessidades das escolas e dos alunos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sobre um artigo 118.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é assim que começa: dizem que é uma atualização e, quando se der por ela, o valor das propinas já é superior a 1000 €. Já vimos isto no passado.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É 1 € por mês, Sr.ª Deputada!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Para o PSD e o CDS, aceder aos mais elevados níveis de ensino não é um direito para todos, é um privilégio para alguns.

As propinas constituem um obstáculo no acesso ao ensino superior. Portanto, querer aumentá-las, como propõem, significa introduzir ainda mais dificuldades no acesso ao ensino superior, significa deixar estudantes para trás, e significa também a desresponsabilização do Governo. Cabe ao Governo assegurar o financiamento às instituições de ensino superior, e não aos estudantes e às suas famílias.

O caminho para garantir acesso, para garantir esse direito, passa pela eliminação das propinas…

Vozes do PSD: — É, é!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … em todos os ciclos de ensino e pela eliminação das taxas e emolumentos, como o PCP propõe. Igualmente importante é o reforço do investimento para aumentar a oferta de camas públicas, por isso, propomos que haja o reforço do financiamento, com o objetivo de aumentar em 30 000 as camas públicas nos próximos três anos.

Há anos que a execução do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior está a marcar passo, com sucessivos atrasos. Mesmo com as 26 000 camas previstas, continua a ser insuficiente face ao número de estudantes deslocados, que se estima em cerca de 115 000.

Impõe-se também o reforço da ação social escolar. Ainda não vimos da parte do Governo a concretização daquilo que propõe, mas, aumentar as propinas, já aí está!

No ensino superior, propomos o aumento do valor da bolsa e o alargamento dos critérios para abranger mais estudantes. Nos ensinos básico e secundário, propomos a gratuidade das refeições escolares para todos os estudantes, assim como a gratuidade dos livros de fichas, prosseguindo o caminho, iniciado com a firme intervenção do PCP, da gratuidade dos manuais escolares. É assim que se garante a igualdade e é assim que se garante o direito à educação.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para intervir a Sr.ª Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a quem estuda, este Orçamento, de facto, não serve. E não é só incompetência — também é, mas é sobretudo uma escolha política deste Governo. Quando um Governo desiste de quem estuda, ele está mesmo a desistir do futuro do nosso País.

Quanto ao complemento de alojamento à classe média, há estudantes que chegam ao final do mês com medo — medo de não poderem pagar o quarto, medo de terem de abandonar o curso —, mas a lei que prevê este alargamento existe. A lei foi aprovada nesta Assembleia, mas o Governo, mais uma vez, curiosamente, não a cumpre. Isto não é um atraso, isto é um abandono aos estudantes portugueses.

Retroativos por pagar, candidaturas fechadas: este Governo obriga os estudantes a viver necessidades que já são mais do que evidentes nas suas vidas, no dia-a-dia. E as propinas? Num País onde tantos jovens estudam com as contas bancárias vazias, o que este Governo decidiu fazer foi aumentar o preço destas propinas, tornar mais caro o acesso à educação. Descongelou propinas de mestrado, aumentou as de licenciatura, porque não conhece, ou então não quer conhecer, o sacrifício que milhares de jovens fazem para não abandonarem o ensino superior.

Então e as taxas e emolumentos? Como é que se explica a um estudante que tem de pagar 200 € por um papel para confirmar aquilo que ele já sabe? Como é que se justificam dezenas de taxinhas diferentes para o mesmo serviço, consoante a instituição de ensino?

Protestos do PSD.

Sr.as e Srs. Deputados, o que está em causa neste Orçamento do Estado não são artigos, não são só números, não são só parágrafos, o que está em causa é a vida das pessoas, são os sonhos de uma geração.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O PS esteve oito anos no Governo!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — O Partido Socialista apresenta estas propostas porque quer resolver os problemas desta geração, e porque sabemos que ninguém deve desistir de estudar por falta de dinheiro. O que nós queremos mesmo é cumprir o que este Governo, que é incompetente e ideológico, não faz.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ainda tem de trabalhar muito para saber o que é competência!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Queremos que seja pago o complemento de alojamento — como manda a lei, já agora! —; queremos garantir que não se paga mais por propinas neste País; queremos acabar com a injustiça nas taxas e nos mestrados, que todos veem, mas de que este Governo não quer saber.

Isto não é uma disputa técnica, é uma disputa moral entre quem vê o ensino superior como um direito, quem vê que a geração mais qualificada de sempre deve cumprir os seus sonhos no seu País, e aqueles que empurram para que seja um privilégio, como de resto já é apanágio do PSD.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Louro, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.ª Deputada Sofia Pereira, valorizo sinceramente a sua coragem, porque, depois de termos tido oito anos de um Partido Socialista a anunciar camas que ninguém viu,…

Protestos do Deputado do PS Porfírio Silva.

… é preciso, de facto, um grande descaramento para vir aqui fazer essa intervenção.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Há uma pergunta que se impõe: Sr.ª Deputada, quando é que desce à terra?

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Vocês caíram do céu!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Deixo-lhe um desafio, Sr.ª Deputada: desafio-a a dizer a um jovem estudante do ensino superior que vai deixar de estudar no ensino superior por causa de 13 € por ano — 1,08 € por mês! — de atualização do valor da propina.

Mas deixo-lhe ainda uma outra questão, Sr.ª Deputada: leu, por acaso, o relatório sobre o estudo da ação social? É que vir aqui fazer uma intervenção dessas sem ler nada, Sr.ª Deputada, eu diria que é, no mínimo, poucochinho para uma Deputada que quer representar a juventude portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Deputada, é efetivamente a ação social que garante a igualdade de oportunidades e que garante que nenhum jovem é deixado para trás, mas sobre a ação social nem uma palavra por parte da Sr.ª Deputada, nem uma palavra sobre o aumento de 30 milhões de euros para reforçar e garantir a igualdade de oportunidades tão desejada. E, Sr.ª Deputada, nem uma palavra também para o compromisso firmado em fazer aquilo que o Partido Socialista não foi capaz: executar o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior. Se tivesse lido o relatório sobre a ação social saberia que o maior obstáculo aos estudantes do ensino superior é efetivamente o custo do alojamento estudantil.

Protestos de Deputados do PS.

Por isso, Sr.ª Deputada, leia o estudo, para poder fazer intervenções com mais algum conteúdo, porque isso, sim, é representar verdadeiramente a juventude portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Eh, pá! O que tu és mais é deselegante!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Sofia Pereira, tem a palavra para responder.

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Deputado João Pedro Louro, acho sempre muito curioso quando vem com este tipo de narrativa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Real! Um euro!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — De facto, o Partido Social Democrata, ou melhor, a AD, que neste momento aumenta as propinas aos jovens estudantes do nosso País…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Um euro!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — … e tira os tetos aos mestrados, o que nos vem dizer é que os jovens estão melhor.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas quero relembrar algo, no que diz respeito às camas, porque — e, se queremos falar verdade, falemos verdade, Sr. Deputado João Pedro Louro! — vêm gabar-se dos contratos com a Movijovem e com as pousadas de juventude, mas esquecem-se de que as camas onde deixam estes estudantes, segundo relatos dos mesmos, são camas com percevejos, sem qualquer qualidade para poderem estudar.

Protestos do PSD.

É disto que se gaba a AD, é disto que se gaba o PSD! Sistematicamente a tirar direitos aos jovens, sistematicamente a dizer que a nossa geração não pertence cá, sistematicamente a dizer que neste País, com a AD, com a direita, um jovem não tem de cá ficar, não pode cá estudar, não tem de ter dignidade onde estuda, onde vive!

Aplausos do PS.

Portanto, é isso que a AD tem para trazer ao debate.

Sr. Deputado João Pedro Louro, vou-lhe dizer aqui, hoje, aquilo que já tive oportunidade de lhe dizer da outra vez.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Encosta-o à parede!

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — É isto que fazem aos jovens: não pagam a devolução das propinas; aumentam as propinas; quanto ao IRS Jovem, não o revogam, mas também não o pagam; e o complemento de alojamento à classe média, aprovado nesta Assembleia, também não querem pagar. Isto é o que, de facto, este Governo tem vindo a fazer: não revoga, mas também não paga.

Sabe o que é que deve fazer à sua geração, Sr. Deputado João Pedro Louro? Tenha vergonha e peça-lhe desculpa.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Eh!…

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Faria, do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É a Rita Matias da Wish!

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, falar de educação neste Orçamento do Estado é falar de opções políticas para as próximas gerações, e este Orçamento faz uma escolha: colocar os estudantes do ensino superior no centro das prioridades nacionais.

Um Orçamento que consagra 100 milhões de euros para a ação social não é propaganda, é uma aposta concreta em milhares de estudantes que dependem destes apoios para prosseguirem os seus estudos.

Vemos também um avanço efetivo no PNAES (Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior). Houve anos de atrasos, mas agora há respostas concretas que enfrentam a crise do alojamento estudantil e que aliviam o esforço financeiro das famílias portuguesas.

Cumpre igualmente salientar a equiparação do valor das propinas dos mestrados profissionalizantes e das licenciaturas, resultado direto de uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, que representa um passo firme

no combate às desigualdades, impedindo que o acesso às profissões reguladas continue condicionado pela capacidade económica dos nossos estudantes.

Sr.as e Srs. Deputados, este Orçamento não é um conjunto de intenções, é a prova de que governar é escolher, e aqui escolhe-se claramente o futuro do nosso País e o futuro dos nossos estudantes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — No âmbito do artigo 119.º — Contratos-programa na área da saúde, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS apresentam, em sede de especialidade, uma proposta para reforçar os contratos de parceria público-privada na área da saúde em 2026.

Essa proposta assenta em dois critérios muito objetivos: em primeiro lugar, que contribua para a melhoria dos serviços de saúde aos utentes; e, em segundo lugar, que seja benéfico e vantajoso para o interesse público.

Recordo que o Tribunal de Contas, no ano de 2021, publicou um relatório precisamente sobre os contratos de parcerias público na saúde e concluiu, expressamente nesse relatório, que as PPP (parcerias público-privadas) hospitalares são mais eficientes do que os hospitais sob gestão pública, que os utentes das PPP hospitalares beneficiaram de um padrão de qualidade superior ao que beneficiaram os utentes dos hospitais sob gestão pública…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Isso não é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade, é!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e, em terceiro lugar, que houve uma poupança de mais de 200 milhões de euros nas PPP hospitalares face aos hospitais de gestão pública.

Infelizmente, por pura cegueira ideológica, o Partido Socialista, acompanhado pelos *compagnons de route* da extrema-esquerda, decidiram acabar com as PPP.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas a cegueira ideológica funciona precisamente assim: acabar mesmo quando os resultados são bons e acabar mesmo contra a vontade dos autarcas do Partido Socialista, que, conhecendo a realidade local, propuseram que as PPP não acabassem.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Já agora, os autarcas socialistas e os autarcas do Partido Comunista, que, em Loures, pediram expressamente para que a PPP no Hospital de Loures não terminasse.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Infelizmente, esta decisão teve consequências dramáticas na saúde em Portugal, efeitos esses que ainda hoje se sentem no nosso País.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Desde logo, a saída de profissionais, mas também a degradação profunda dos serviços desses hospitais que deixaram de ser PPP para passarem a ser de gestão pública, e, finalmente, o aumento das listas de espera.

Com essa decisão, o interesse dos doentes foi ultrapassado pela ideologia, foi ultrapassado pela cegueira ideológica da esquerda, e, com esta proposta, o PSD e o CDS voltam a pôr o interesse dos doentes em primeiro lugar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O regresso das PPP na saúde é uma boa notícia para Portugal, mas é, acima de tudo, uma boa notícia para o SNS (Serviço Nacional de Saúde) e para os doentes portugueses.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Para os portugueses não!

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Continuando no artigo 119.º, para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, todos dizemos que queremos um SNS melhor. Alguns dizem que o SNS precisa mesmo de uma reforma séria, mas, quando chega a altura de passar das palavras às ações, percebe-se muito bem a diferença entre o que se diz na oposição e, depois, aquilo que se faz no Governo. Na oposição, diz-se tudo, pode-se dizer tudo, mas, depois, no Governo, faz-se muito pouco, e ficamos mais uma vez pelos remendos — ou, às vezes, nem sequer chegamos a isso.

Neste Orçamento do Estado, na área da saúde, a Iniciativa Liberal apresentou propostas de alteração muito importantes, que são passos no caminho da reforma que nós defendemos, obviamente, mas são, principalmente, propostas que fazem toda a diferença na vida das pessoas.

Propusemos mais autonomia para os hospitais, para poderem gerir o seu dia-a-dia, para poderem contratar os seus profissionais, para responderem melhor às necessidades dos seus doentes. E, olhe, Sr. Deputado Paulo Núncio,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Venha ela!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … para poderem gerir da mesma forma que fazem as PPP. Porque não dar aos hospitais públicos a mesma autonomia?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Porque são menos eficientes!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Mas a verdade é que esta proposta foi rejeitada.

Propusemos um alívio fiscal sobre as horas extras, uma medida simples e justa para todos os trabalhadores, mas especialmente para os profissionais de saúde que mantêm o SNS a funcionar: foi rejeitada — e isto diz muito sobre as contradições deste Parlamento.

Quem se queixa das desigualdades entre o público e o privado vota contra dar aos hospitais públicos as ferramentas de que precisam para competir.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Quem diz querer valorizar os profissionais de saúde vota contra soluções que os podem ajudar já amanhã.

Hoje, Srs. Deputados, repetimos mais três propostas, agora propostas centradas nos doentes. Propomos melhorar o vale-cirurgia, para que seja emitido antes de ser ultrapassado o tempo máximo de resposta e para

se evitar uma espera desnecessária — e é esta a diferença entre um sistema que resolve e um sistema que adia.

Depois, propomos atualizar a tabela de preços dos MCDT (meios complementares de diagnóstico e terapêutica). Se queremos garantir o acesso dos doentes à saúde, então, temos de usar toda a capacidade instalada do País, de forma inteligente e de forma eficiente. Só que, hoje, essa capacidade está obviamente estrangulada por preços que estão desatualizados, que não cobrem os custos reais, e, obviamente, o resultado é simples: muito menos acesso para as pessoas.

Por fim, propomos um sistema único de informação no SNS e que se conclua o registo de saúde eletrónico universal. Hoje, aceder a informação em saúde é um percurso de obstáculos, com sistemas e plataformas que não comunicam e informação que não chega a quem está a tratar os doentes. É, portanto, impossível garantir qualidade e segurança quando isto acontece.

Todos aqui reconhecemos que faltam dados ou que os sistemas não falam entre si, e todos têm razão, mas depois recusam-se a fazer aquilo que é preciso para que os profissionais de saúde acedam, em segundos, ao historial clínico dos seus utentes, evitando erros, duplicações e falhas graves de comunicação, como bem recentemente vimos acontecer.

Todas as nossas propostas têm um ponto em comum: colocam o doente no centro do sistema e fazem o SNS funcionar melhor. Não são anúncios, não são remendos, são soluções. Por isso, pergunto: se rejeitaram a autonomia, se rejeitaram a melhoria das condições de trabalho para quem trabalha mais, se rejeitaram caminhos para atrair e reter profissionais de saúde, vão também rejeitar propostas que melhoram a vida dos doentes?

Srs. Deputados, o SNS não precisa de mais promessas, precisa de coragem. E as pessoas merecem um sistema de saúde que funcione para quem nele confia todos os dias, que são os seus utentes e os seus profissionais.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às propostas relativas a um artigo 119.º-A, e, pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, há dias, esta Assembleia teve a oportunidade de discutir, por iniciativa do Livre, a urgência de regular o jogo *online* e as casas de apostas. Este é um tema ao qual regressamos no Orçamento do Estado, com várias propostas, porque é um assunto demasiado importante para continuarmos a não tomar medidas.

É um problema real, é um problema grave, é um problema crescente.

No último trimestre de 2024, Portugal bateu um recorde histórico, com 323 milhões de euros em receita bruta do jogo *online*. O número de registos de jogadores ultrapassou os 4,7 milhões, apenas em Portugal. É uma epidemia silenciosa que não obriga a máscaras, mas deveria obrigar esta Assembleia a agir.

Enquanto o mercado explode, explode também o número de pessoas que pede a autoexclusão por sintomas graves de adição. A publicidade está em todo lado: nas televisões, nos transportes, nos estádios de futebol, nos eventos desportivos e até nos eventos culturais. Hoje em dia, ser impactado pelo jogo *online* é tão banal como abrir uma rede social, e isso é inaceitável.

Este é um caso de saúde pública e não é compreensível continuarmos a ver o problema a piorar e não fazer nada. É dever do Estado promover políticas de literacia e prevenção para os comportamentos aditivos relacionados com o jogo e com as apostas, *online* e *offline*, particularmente junto dos públicos jovens e dos grupos mais vulneráveis.

E é isto que o Livre propõe: uma campanha nacional, multimeios, séria, abrangente, de prevenção e esclarecimento sobre os riscos do jogo e das apostas, sobre dependências, sobre mecanismos de apoio e sobre autoexclusão. A informação é proteção e políticas públicas como estas podem salvar vidas e impedir que tantos milhares de pessoas caiam nas teias da adição.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Fernandes.

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a saúde dos portugueses tem de valer mais do que preconceitos ideológicos.

O PSD apresenta, em conjunto com o CDS, uma proposta de aditamento que reforça mecanismos e possibilidades, nas suas variadas formas, de parcerias público-privadas na saúde, enquanto, ao mesmo tempo, reafirma o papel do Estado como garante do equilíbrio e da coesão em todo o sistema de saúde. As PPP já provaram eficiência, poupança para o erário público e maior satisfação para os utentes. Ganham os utentes, ganha o Governo, ganham os portugueses.

O que propomos é pragmatismo e racionalidade, em vez de dogmas e filosofias ideológicas. O que está em causa é garantir que o SNS responda às necessidades das pessoas sem comprometer a sua sustentabilidade.

É lamentável que, apesar das evidências de eficiência da gestão privada em organizações do SNS e de essas experiências até terem sido introduzidas por um Governo socialista, tenha sido o mesmo PS a revertê-las, sem acautelar as consequências, apenas para garantir apoio da extrema-esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Há demasiados erros do passado para corrigirmos.

Deixamos um apelo a todas as bancadas desta Assembleia: coloquemos as pessoas à frente do combate partidário. Este é o tempo do diálogo, para responder aos desafios do SNS. Foi para isso que os portugueses nos mandataram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que será feito pela Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Isabel Fernandes, a Iniciativa Liberal é insuspeita de não apoiar as parcerias público-privadas. Obviamente que apoiamos, exatamente porque lhes reconhecemos um conjunto de mecanismos de autonomia que são positivos e que resolvem, que dão mais flexibilidade à gestão.

O que eu não consigo perceber é porque é que o PSD e o CDS não têm exatamente a mesma visão para os hospitais do SNS. Se os hospitais do SNS tivessem autonomias semelhantes às que temos nas parcerias público-privadas tudo funcionaria muito melhor.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Fernandes.

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — Muito obrigada, Sr.ª Deputada, pela sua questão. Naturalmente, o PSD partilha e acompanha uma série de preocupações também trazidas pela Iniciativa Liberal, e a divergência não é total naquilo que é a nossa visão para o SNS, com ou sem parcerias público-privadas.

Acontece que o tempo é do Governo, e a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro também sabe que aquilo que aparentemente é de resolução simples, depois, no terreno, não é assim tão fácil…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — É começar!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — … e embate contra uma série de circunstâncias.

Portanto, nós consideramos que a Sr.ª Ministra e este Governo estão a fazer o caminho…

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Fernandes** (PSD): — … e têm tido a coragem para o fazer, em diálogo com os parceiros sem, no entanto, retrocederem nos objetivos e no plano que trouxeram para esta governação. Portanto, nós consideramos que o caminho está a ser feito, mas partilhamos destas preocupações e sem, no entanto, desistir delas. Achamos que vamos conseguir transformar uma série de coisas que a Iniciativa Liberal também trouxe até aqui, dentro do tempo do Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Sofia Andrade.

A Sr.ª **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, este Governo está mais interessado em aumentar o investimento para o sector privado, em prejuízo do Serviço Nacional de Saúde. E, não, não há nenhuma cegueira ideológica nisto que estamos a dizer, até porque o nosso pensamento está muito bem estruturado e, aliás, patente na Lei de Bases da Saúde.

Nós entendemos que o privado deve ser um complemento ao Serviço Nacional de Saúde e que a prioridade deve estar mesmo no Serviço Nacional de Saúde. E não vemos esta prioridade refletida neste Orçamento do Estado, que, comparativamente ao do ano anterior — e peço a vossa atenção para estes números —, aumenta em 2,6 % o investimento que é feito no SNS e em 40 % o investimento que é feito no sector privado. Portanto, 2,6 % para o público e 40 % para o privado: aqui está bem patente aquela que é a prioridade deste Governo.

Portanto, por muito que ensaiem uma qualquer retórica de preocupação com o Serviço Nacional de Saúde, a realidade desmente cada palavra.

Nós sabemos que, quando o PSD governa, a receita é sempre a mesma: primeiro desinvestem no setor, depois desregulam o setor e chegam a um ponto em que dizem que o melhor é mesmo privatizar; e esquecem-se daquilo que é mais importante, que é melhorar as condições de acesso, melhorar a qualidade dos serviços do SNS e, assim, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Irene Costa.

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, há matérias que, mesmo inscritas no Orçamento, não cabem na aritmética dos números. Cabem, isso sim, na vida das pessoas e medem-se em esperança, em dignidade e na capacidade de o Estado não deixar ninguém para trás. A procriação medicamente assistida, a promoção da saúde e a prevenção da doença são disso o melhor exemplo.

Com estas propostas, o Partido Socialista reforça a rede pública de PMA (procriação medicamente assistida), combate as desigualdades territoriais e garante respostas a quem quer ser pai e ser mãe. Ao mesmo tempo, coloca a prevenção onde ela deve estar: no centro das políticas públicas de saúde.

Srs. Deputados, estas matérias vêm também desmentir o que alguns dizem, que em 50 anos nada se fez, porque se fez — é que há 50 anos não havia rede de PMA e hoje existe; não havia estratégia robusta de prevenção e hoje estamos a consolidá-la.

As propostas que apresentamos não são mais propostas de retórica, são respostas sólidas, mais abrangentes, porque respondem à vida real das pessoas e não apenas ao debate político. Portanto, não há razão para que nenhum grupo parlamentar fique de fora destas propostas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos agora passar ao artigo 120.º.

Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cristina Vieira.

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, voltamos ao essencial. Portugal está a falhar e está a falhar onde falhar é imperdoável: no fim da vida das pessoas.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Adiar a medicina paliativa não é um simples atraso, é uma falha moral. É o Estado a abandonar quem já não tem forças para pedir o que devia ser garantido: a sua dignidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Todos aqui conhecem os números. O País envelhece, as doenças crónicas dominam e nada disto é surpresa. Mesmo assim, continuamos a permitir que milhares de pessoas enfrentem os últimos meses em dor e solidão. Dor que podemos aliviar, sofrimento que podemos aliviar, mas continuam a acontecer, não por falta de meios técnicos, mas por falta de coragem política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vieira Henriques** (CH): — A rede de cuidados paliativos é curta, é desigual, é insuficiente, e todos nesta Sala sabem disso. Sabem e ainda assim aceitam que o País viva de remendos. Mas remendos não resolvem, não protegem, não dignificam.

Hoje, em Portugal, a dignidade no fim da vida depende do código postal. Isto é injusto, isto é indigno e isto basta. Basta de normalizar o inaceitável.

Reconhecer a medicina paliativa como especialidade médica não é ousadia, é o mínimo. É o que qualquer país decente já teria feito. Não o fazer agora, neste Orçamento, seria dizer ao País que a dor pode esperar — não pode —, que o sofrimento dos vulneráveis é secundário — não é.

O Estado tem muitas responsabilidades, mas nenhuma supera esta: não abandonar quem está no seu momento mais frágil, no seu momento final.

Temos hoje uma escolha clara: adiar, e falhar outra vez, ou agir, e cumprir o que devemos ao País. Caros colegas, isto não é técnica, isto é decência. É por isto mesmo que esta proposta tem de ser aprovada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, os grupos parlamentares do PSD e do CDS apresentam, em sede de especialidade, uma proposta para reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e também reforçar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

Temos uma longa tradição na defesa destes cuidados e não desistiremos do nosso propósito.

Em matéria de cuidados paliativos, em particular, há um oceano de coisas para fazer em Portugal. Recordo que 70 % das pessoas morrem sem terem acesso a uma vaga na unidade de cuidados paliativos. E, pior do que isso, 90 % das crianças perdem a vida sem terem acesso a uma cama de cuidados paliativos.

Isto não representa uma sociedade que protege e que cuida dos mais carenciados e dos mais vulneráveis, principalmente das pessoas e, em particular, das crianças, em final de vida. Nesse sentido, isto é absolutamente inaceitável e é absolutamente revoltante.

Por isso, com esta proposta, os grupos parlamentares do PSD e do CDS instam o Governo a pagar um valor justo a estas unidades, tendo em conta designadamente três critérios: o custo diário por doente, o aumento do salário mínimo e a taxa de inflação por ano. Mas que fique muito claro, os grupos parlamentares do PSD e do CDS não desistirão, em circunstância alguma, de reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a Rede Nacional de Cuidados Paliativos, porque são duas redes absolutamente decisivas para demonstrar

que Portugal é um país civilizado, que se preocupa com os mais vulneráveis e que se preocupa, acima de tudo, com as pessoas no final da sua vida.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 121.º. Pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, o direito à saúde é para todos, ponto final. Mas, em específico, o SNS é para todos os que trabalham e descontam em Portugal. Não é um cheque em branco para abusos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Cento e quarenta e um mil episódios de urgência sem cobertura identificada: é este o número que temos no nosso País. Sabemos que o custo médio é de 112 € por episódio, portanto, só temos de fazer as contas. A própria IGAS (Inspeção-Geral das Atividades em Saúde) quantifica milhões de euros em dívidas de estrangeiros não residentes, com grande parte por cobrar ao SNS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Até setembro de 2024, registaram-se 92 000 atendimentos de não-residentes. Repito, 92 000! E não estamos a falar de meia dúzia de casos humanitários, estamos a falar de um fluxo contínuo e pesado que sobrecarrega o nosso SNS e que já está no limite.

O próprio Governo também já admitiu a situação. A Sr.ª Ministra da Saúde admitiu que a cobrança que resulta de cuidados prestados a estrangeiros tem sido inviável numa percentagem bastante relevante.

Em relação à esquerda, às vezes até é engraçado ver-vos falar porque o PCP, na semana passada, veio dizer que o Governo piora deliberadamente a saúde em Portugal.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Bloco de Esquerda afirmou que há elementos suficientes para concluir que o acesso ao Serviço Nacional de Saúde e aos cuidados de saúde em Portugal também piorou.

Pergunto à geringonça: o que é que vocês fizeram, durante 8 anos, a este País?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Governaram de olhos tapados, só a apalpar, mas a apalpar o bolso dos portugueses.

Aplausos do CH.

Deste lado, não temos os olhos tapados e não vamos continuar a fingir que o SNS aguenta tudo. Não vamos contra a Constituição, que vocês tanto defendem,…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… não vamos contra o SNS, que dizem ser o pilar democrático de Portugal e a grande construção dos socialistas no pós-25 de Abril, até porque amanhã, meus senhores, é 25 de novembro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Solidários sempre, explorados nunca mais!

Aplausos do CH.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Viva o Mário Soares!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 121.º- A e a primeira intervenção será do Governo. Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração** (Rui Armindo Freitas): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, sobre o 121.º- A, que é uma proposta do Grupo Parlamentar do Chega, queria dizer o seguinte: essa proposta está precisamente contida no artigo 121.º, do qual acabaram de falar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Ou seja, este Governo, em face do diagnóstico de problemas que identificámos — e já hoje se falou muito de heranças e sabemos todos as heranças que fomos recebendo —,…

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — As boas!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — … as boas e as más, todas as heranças,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — As pesadas!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: —, e sobre a questão dos estrangeiros, porque é sobre isso que versa a vossa proposta para um artigo 121.º-A, é claro que ela está contida também no artigo 121.º. Por isso, a vossa proposta, permitam-me que vos diga, é uma fotocópia em formato de redução. Ainda assim, está lá contida.

Isto para partilhar convosco uma visão muito clara do que é identificado nesse artigo 121.º, que é claramente uma dificuldade de cobrança de dívidas a terceiros por parte do Sistema Nacional de Saúde. É isso que é atendido na proposta 121-C, é isso que é redundante na vossa proposta, mas quero deixar muito clara a nossa visão: os estrangeiros com situação regularizada, que pagam impostos, têm de ter acesso aos cuidados de saúde para os quais descontam.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Eu não falei nisso!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Quem não é residente legal em Portugal tem de apresentar comprovativo de cobertura de cuidados de saúde e tem de ressarcir o Estado pelos cuidados e serviços prestados.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Desde que não seja um AVC (acidente vascular cerebral)!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Obviamente que está excluído aqui tudo o que são situações de urgência vital.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS). — É bom dizer!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e da Imigração**: — Por isso, fica claro que em matéria de regulação de estrangeiros não tem sempre de se estar a introduzir a palavra «estrangeiro» para que a situação seja atendida.

Estamos atentos, estamos a trabalhar, diagnosticamos, mas, como qualquer Governo em funções, não só diagnosticamos como resolvemos.

Aplausos do PSD e CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vou aguardar serenamente por logo à tarde!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, o PCP traz para este Orçamento uma proposta para assegurar a gratuidade dos medicamentos às pessoas idosas, aos doentes crónicos, às pessoas com insuficiência económica.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os ex-combatentes já recebem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sim, é uma proposta que não deixa ninguém de fora. Contrariamente ao que foi dito há pouco pelo Deputado Hugo Carneiro, que afirmou que se tinha assegurado a gratuidade dos medicamentos, isso foi para os beneficiários do complemento solidário para idosos — que se estimam em cerca de 230 000 —, e bem sabemos que há cerca de 1 milhão de idosos no nosso País cuja reforma é até 510 €. Portanto, as necessidades por parte dos reformados no nosso País são mais do que muitas e não estão resolvidas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os ex-combatentes já recebem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Por conseguinte, assegurar o acesso à terapêutica é assegurar o acesso ao medicamento. Isto exige investimento no Laboratório Nacional do Medicamento, para que este tenha capacidade de produção e de investigação. Assim pode garantir uma resposta adequada para os nossos utentes, para a população do nosso País, garantindo que o acesso ao medicamento é uma realidade e é para todos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então passar ao artigo 123.º-A. Pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, uma mobilidade segura, acessível e barata é sinónimo de liberdade. Uma mobilidade segura, acessível, barata, em todo o País, é sinónimo de coesão e igualdade entre cidadãos do mesmo país, seja onde for que morem. Mais transportes públicos, mais acessíveis, com melhores horários em todo o País, é garantir que quem precisa, quem quer fazer uma viagem, uma deslocação, o consegue fazer independentemente de ter carta de condução, ter carro, ter mais ou menos rendimento.

Quando, há três anos, apresentámos o Passe Ferroviário Nacional, ouvimos dizer que era impossível, que era incomportável, que era idealista. Não é. O passe está aí, agora com o nome de «verde», mas está aí a ser usado por milhares e milhares de pessoas. Tem problemas, é certo, mas os problemas são, sobretudo, porque a procura é tanta que é preciso aumentar a oferta. São precisos mais comboios para que os milhares de pessoas que querem andar de comboio consigam andar. Ganham as pessoas, ganhamos nós, ganha o País.

Sr.as e Srs. Deputados, o Livre tinha razão e continua a ter. As pessoas querem andar de transporte público, o País precisa de transporte público. Por isso, hoje, damos o passo seguinte: a criação do passe de mobilidade nacional. Um passe único, válido para todos os modos de transporte, de curta e média distância, em todo o País,

mesmo onde o comboio ainda não chega. Um passe para toda a gente. Um passe que simplifica deslocações, reduz a confusão tarifária e garante a interoperabilidade real, enquanto incentiva a escolha preferencial do transporte público.

O Livre sabe o caminho que quer para o País. Esse caminho passa por um passe de mobilidade nacional. Hoje, o Parlamento tem a oportunidade de seguir esta viagem connosco.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos prosseguir, passando ao artigo 124.º. Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Davide Amado.

O Sr. **Davide Amado** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Orçamento do Estado para 2026, como o Orçamento do Estado para 2025, não contempla a atualização da base remuneratória da Administração Pública prevista para as freguesias de Lisboa.

O PS apresenta esta proposta de alteração com vista a adequar o financiamento quanto à despesa salarial das freguesias de Lisboa.

Sr.as e Srs. Deputados, esta é a solução que permite resolver o problema para o próximo ano. Relembro as Srs. e os Srs. Deputados que as freguesias de Lisboa têm nos seus quadros centenas de trabalhadores.

Sr.as e Srs. Deputados, a não aprovação desta proposta de alteração causará um prejuízo grave no serviço público prestado no âmbito das competências pelas freguesias de Lisboa.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, também o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração no âmbito do património habitacional do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). O País vive uma emergência habitacional e o IHRU é detentor de um vasto património de uso habitacional.

Propõe, então, o Partido Socialista, que até ao final do ano de 2026, o Governo, através do IHRU e, obviamente, coordenado com os municípios, faça o levantamento do património habitacional em cada concelho, identificando os problemas a resolver, os prazos de resolução e os meios de financiamento para os mesmos.

Preparar e planear é fundamental para que o Estado possa ser mais eficiente e rigoroso na gestão do património público.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 125.º-A.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, são necessários mais transportes públicos, mais carreiras, mais horários que respondam às necessidades das populações. É prioritário o investimento no aumento da oferta de transportes públicos, na manutenção e reparação da frota, seja no metro de Lisboa, na Transtejo Soflusa, seja na contratação de trabalhadores para as empresas de transportes.

Não podem continuar as supressões no transporte fluvial no rio Tejo. Só este ano já foram suprimidas cerca de 1000 carreiras.

No metro de Lisboa, é essencial o investimento nas infraestruturas e equipamentos e no desenvolvimento de soluções técnicas com vista à reconversão do projeto da linha circular para a linha em laço.

O País não produz nem compra um comboio há mais de 20 anos. Depois da recusa da remoção dos mecanismos que permitem a litigância obstrutiva nos concursos públicos, só agora foi assinado o concurso para a aquisição dos 117 comboios para os serviços regionais e urbanos da CP (Comboios de Portugal). Mas é preciso também comprar comboios para alta velocidade.

É neste sentido que vão as propostas do PCP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda no artigo 125.º-A, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, na sua pessoa, quero cumprimentar todos os Srs. Deputados e Membros do Governo.

Setúbal é o terceiro território mais populoso do País e, pelo seu enormíssimo potencial, um dos motores estruturantes do desenvolvimento nacional. Diagnosticado que está, no documento orçamental, um afastamento da direita face aos reais problemas das comunidades, cabe ao PS apresentar propostas orçamentalmente responsáveis, exequíveis e diretamente dirigidas às pessoas.

Permitam-me, assim, que destaque, destas 44 propostas, a proposta da descontaminação de solos poluídos no Arco Ribeirinho Sul, nos antigos territórios da CUF (Companhia União Fabril), da Lisnave e da Siderurgia Nacional, territórios expectantes que não encontram paralelo em áreas metropolitanas por toda a Europa.

Mas também a solução integrada para o ordenamento da Mata Nacional da Machada e da Escola de Fuzileiros Navais, com uma solução que permite simultaneamente garantir mais segurança rodoviária, dar melhores condições às Forças Armadas e preservar o meio ambiente.

Por fim, a criação de um grupo multissetorial para avaliar e combater a apanha ilegal de bivalves no estuário do Tejo, matéria igualmente importante.

Sr.as e Srs. Deputados, o crescimento da economia portuguesa está umbilicalmente ligado ao contributo de Setúbal. O potencial humano está lá. A decisão está nesta Casa.

Andámos no terreno, auscultámos as pessoas. Ouvimos e agora propomos. É assim que se faz política a sério. É assim que se faz política para as pessoas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 126.º.

Por parte do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado José Dotti.

O Sr. **José Dotti** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, no ano passado, o País apresentou um défice da balança comercial alimentar de 5170 milhões de euros. Para se resolver este problema, tem de haver vontade política, pois as soluções têm sido apresentadas pelo partido Chega nesta Casa. Haja agora vontade de as colocar em prática.

A necessidade de valorizar a gestão dos recursos hídricos é imprescindível. Valorizem condignamente a nossa proposta da criação da Rede Nacional da Água com a implantação da autoestrada da água. Este projeto irá permitir o aproveitamento da água que existe em abundância no Norte e transporta-a para o Centro e Sul, onde há carência da mesma.

Este projeto, juntamente com a Via Verde da Água, também apresentado pelo nosso partido, e que irá permitir facilitar o licenciamento das novas capturas de água, permitirá duplicar a área de regadio no nosso País, dos atuais 600 000 hectares para 1 milhão e 200 mil hectares. É bom salientar que um hectare de regadio multiplica por seis o rendimento de um hectare de sequeiro. Significa isto que temos a solução para resolver o défice da balança comercial alimentar. Basta avançar com estes projetos.

Para quem nos acusa de não quantificarmos as nossas propostas, podemos informar que está devidamente avaliada, sendo que apresentámos vários modelos possíveis de financiamento.

Tenham coragem política de encetar estes nossos projetos, que iriam permitir construir uma série de obras estruturantes para o nosso País, das quais destacamos o Projeto Tejo e a ampliação do perímetro de rega da Barragem do Alqueva.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos para o artigo 126.º-A.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é absolutamente inaceitável que 70 % das famílias que não têm acesso à rede de distribuição de gás natural sejam obrigadas a pagar, em Portugal, por uma garrafa de gás o dobro do que se paga em Espanha. Não há qualquer razão para que uma garrafa de gás custe menos 17 € em Espanha — preços de janeiro passado — e entre os 33 € e os 37 € em Portugal. Muito menos é aceitável que esta Assembleia se cumplicie com a imposição deste sacrifício a mais de 2 milhões e 200 mil famílias e não tome a medida que se impõe.

A medida que se impõe, Srs. Deputados, é fixar o preço máximo de venda ao público do gás engarrafado no valor de 20 €, com impostos incluídos. É isso que o PCP propõe, porque é justo, é possível e é mesmo urgente.

Aplausos do PCP.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Não tem vergonha!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sobre o artigo 126.º-A, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cação.

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal continua a enfrentar desafios estruturais na gestão dos resíduos urbanos. Cada cidadão produz, em média, mais de meia tonelada de resíduos por ano e a nossa taxa de reutilização e reciclagem continua aquém da média europeia de 55 % para 2025. Os aterros estão sob forte pressão e a redução de resíduos indiferenciados permanece estagnada.

Esta realidade é consequência de uma pesada herança deixada pelo anterior Governo, do Partido Socialista. Conheciam os problemas, mas não tomaram as medidas necessárias para os resolver.

Vozes do PSD: — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Cação** (PSD): — Sabemos bem que se trata de um desafio estrutural e complexo e que não é realista esperar que os anos de inação sejam ultrapassados em meses por esta governação da AD.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

A proposta que hoje apresentamos vem reforçar e acelerar essa estratégia através de um instrumento focado em resultados concretos: um incentivo financeiro direto aos municípios que consigam reduzir, pelo menos em 5 % ao ano, a produção de resíduos urbanos indiferenciados por habitante. É uma medida simples e justa, centrada nos resultados e não em intenções, premiando quem faz melhor.

Com esta iniciativa, valorizamos as autarquias, aceleramos os objetivos do Plano Terra e contribuímos para corrigir a trajetória herdada. É uma medida responsável, com visão de futuro e com impacto real na vida das pessoas. Porque não são os diagnósticos que mudam o País, são os resultados e as ações. E é com resultados e ações que o Governo da AD está a recuperar o tempo perdido e a preparar o futuro.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Pela boca morre o peixe!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, aquilo que eu gostaria de dizer aqui sobre a proposta do Partido Socialista tem a ver com o apoio às indústrias, ao tecido empresarial e económico, às indústrias eletrointensivas do nosso País. O Governo optou por reduzir o IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas), abdicando de uma receita de 400 milhões de euros,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E bem!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — … dando esses lucros não só ao sistema financeiro, mas também à grande distribuição,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E às pequenas e médias empresas!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — … quando podia, por exemplo, em matéria de auxílios de Estado, compensar as indústrias eletrointensivas do nosso País, que produzem, exportam e criam valor acrescentado na nossa economia, e optou por não o fazer.

A título de exemplo, em matéria de compensações de carbono, as indústrias portuguesas têm uma redução de 6,50 € na média e alta tensão. O Estado alemão dá um apoio de 50,90 € às indústrias eletrointensivas alemãs; o Estado francês dá um apoio de 26,80 €, em matéria de compensações de carbono, à indústria francesa; aqui ao lado, em Espanha, o apoio é de 24,60 €. E Portugal opta por 6,50 €.

A nossa proposta é que o Governo e o Estado façam o que devem: apoiar as nossas empresas, apoiar as indústrias eletrointensivas e nivelar no mercado internacional as nossas prestações.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Governo, e tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr. **Secretário de Estado do Ambiente** (João Manuel Esteves): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Cara Mesa, Caros Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, o ambiente e a energia são prioridades estruturais deste Orçamento do Estado, não apenas pelo seu peso financeiro, mas pelo papel que desempenham na transformação do País. Este reforço traduz a ambição do Governo em acelerar a transição climática e energética, garantindo que Portugal cumpre as metas da neutralidade carbónica e reforça a sua soberania energética.

Significa também assegurar a segurança hídrica num contexto de *stress* crescente, com investimentos que protegem populações de setores estratégicos, e promover uma economia mais sustentável e competitiva, baseada na inovação, na eficiência e na valorização dos recursos naturais.

Este é um Orçamento que olha para o futuro, que responde aos riscos globais e que cria oportunidades para o desenvolvimento económico e social, colocando a sustentabilidade no centro das políticas públicas. Em termos de grandes números, este é um Orçamento robusto e coerente com a ambição que assumimos para o País.

A área do ambiente e energia dispõe de uma despesa total consolidada de 2495 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 5 % face a 2025. Este aumento não é apenas quantitativo. Significa mais capacidade para executar políticas que reforçam a resiliência hídrica, aceleram a transação energética e promovem a descarbonização da economia.

No conjunto dos ministérios, as iniciativas relativas à ação climática atingem 2751 milhões de euros, um acréscimo de 19,5 % face ao ano anterior.

Este dado é revelador. Portugal está a investir mais e melhor na mitigação e adaptação às alterações climáticas, colocando esta prioridade no centro da estratégia governativa. É um sinal claro de que não estamos apenas a cumprir metas, mas a antecipar soluções para proteger as pessoas, os ecossistemas e a competitividade económica.

Estes números traduzem-se numa visão: cada euro investido é uma alavanca para valorizar o território, reduzir vulnerabilidades e criar oportunidades. É por isso que este Orçamento é robusto.

Estes recursos não são apenas números; são alavancas para transformar Portugal e preparar o País para os desafios da próxima década.

O Fundo Ambiental, com receitas previstas de 1216 milhões de euros, continuará a ser o pilar central do financiamento ambiental, direcionando recursos para projetos estruturantes que promovam a descarbonização da economia, a mobilidade sustentável, a gestão eficiente da água, a proteção da biodiversidade e a economia circular. É através deste fundo que se concretizam medidas que chegam às pessoas, às empresas e aos territórios, com impacto direto na qualidade de vida e na competitividade.

O PRR, com uma dotação estimada de 823 milhões de euros, representa uma oportunidade única e irrepetível. 2026 é um ano-chave para executar investimentos que não podemos perder, sob pena de comprometer metas nacionais e europeias. Este documento é essencial para acelerar projetos de transição energética, reforço das redes, eficiência hídrica e inovação tecnológica, garantindo que Portugal cumpre os prazos e aproveita integralmente os fundos disponíveis.

O Programa Sustentável 2030, com uma execução mínima de 638 milhões de euros, assegura continuidade e estabilidade no financiamento da transição verde, permitindo planear e executar medidas de médio e longo prazo. Este programa é a base para consolidar políticas públicas que não podem depender apenas de ciclos anuais, garantindo previsibilidade e confiança para os investidores, as autarquias e os cidadãos.

Em conjunto, estes instrumentos não são meros mecanismos financeiros, são motores de transformação económica, social e ambiental.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 127.º e, do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o equilíbrio das contas públicas em Portugal continua assente numa carga excessiva sobre a energia e sobre a utilização de recursos essenciais através de impostos indiretos e de taxas e taxinhas ambientais que são agravadas ano após ano. Na prática, estes instrumentos servem para financiar o Estado à custa da economia real.

O artigo 127.º do Orçamento do Estado para 2026 prevê uma atualização de 4 % das taxas ambientais. Trata-se de uma opção política e de uma opção política errada.

Porquê? Primeiro, porque 4 % é claramente superior à inflação projetada para Portugal em 2026, que se situará em cerca de 2 %, segundo as melhores previsões. Ou seja, não estamos a falar de manter o valor real das taxas, mas de um aumento efetivo da carga fiscal sobre as empresas e as famílias. Trata-se, por isso, de um imposto encapotado.

Segundo, porque as taxas incidem sobretudo sobre atividades produtivas, indústria transformadora e logística, setores que já enfrentam custos fixos elevadíssimos e uma pressão regulatória constante. Aumentar em 4 % as taxas ambientais é retirar margem de investimento, tornando as empresas portuguesas menos competitivas.

Terceiro, porque confirma uma visão errada da política ambiental. O Governo continua a olhar para o ambiente como um campo de esbulho fiscal, em vez de o encarar como uma política de soberania energética ao serviço do investimento, das famílias e das empresas.

Por isso, o Chega propõe que, em 2026, não haja qualquer atualização das taxas ambientais. É uma medida de justiça fiscal e de defesa da competitividade da economia portuguesa. Se queremos mais investimento, mais produção e melhores salários, não podemos continuar a fazer da política ambiental um instrumento de assalto fiscal a quem trabalha e produz em Portugal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 128.º — Apoio a agricultores, aquicultores e pescadores, e, também pelo Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado João Aleixo.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, este Orçamento do Estado é, infelizmente, mais um capítulo na longa história de abandono e de negligência com a agricultura em Portugal. Se há setor onde isso se torna mais óbvio é o setor dos cereais, que assume contornos dramáticos.

As associações do setor falam em «perigo iminente», «emergência» e «colapso». Por isso, nos últimos seis anos, os custos aumentaram cerca de 55 %, quando os preços aumentaram apenas 20 %.

O setor dos cereais não é marginal, é estrutural. Ocupa cerca de 250 000 ha e envolve cerca de 95 000 explorações. Sustenta uma agricultura que promove a coesão territorial, mantém vivo o interior, preserva os solos, assegura a rotação de culturas e sustenta ecossistemas que desapareceriam de outra forma.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — À sua relevância económica soma-se também uma função estratégica: garantir que Portugal mantém a capacidade mínima de produção num mercado global volátil e sujeito a choques externos. Ignorar esta realidade é fragilizar um país, no presente e no futuro.

É por tudo isto que apresentamos a nossa proposta, que introduz um apoio de emergência simples, direto e imediatamente executável: um apoio de 25 €/tonelada de cereal comercializado na campanha de 2025 e 2026. É um apoio necessário para travar a hemorragia que o Governo parece não querer ver.

Embora o Governo considere que tudo se resolve com resiliência e boas intenções, a verdade é que não há resiliência que resista à matemática.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Nem mais!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Chegou o momento de acabarmos com as grandes proclamações sobre o mundo rural e sobre a agricultura, enquanto se falha sempre no momento de decidir.

A proposta que está aqui hoje em discussão é concreta, é mínima e é necessária. Veremos quem prefere continuar a fazer discursos e quem quer realmente defender a agricultura.

Aprovar esta proposta é proteger o País. Recusá-la é condenar um setor inteiro à irrelevância e, para isso, já nos basta o Orçamento do Estado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à proposta de um artigo 128.º-A. Para apresentar a proposta, pelo Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, perante os preços especulativos na habitação, perante a dificuldade de encontrar uma casa que se consiga pagar, o caminho que PSD e CDS apontam, e, diga-se, com o apoio da IL e do Chega, é promover a especulação, beneficiar o infrator, a banca, os fundos, contribuindo para o aumento dos preços na habitação.

A vida já comprovou que o dito mercado não resolve problema nenhum, só agrava. Por isso, impõe-se romper com este caminho, como o PCP propõe: com um sério investimento público para aumentar a disponibilização da habitação pública e não alienar património do Estado que pode ser mobilizado para este fim; a garantia de estabilidade no arrendamento e a limitação nos valores dos novos contratos de arrendamento, para travar o aumento especulativo das rendas; pôr a banca a suportar os encargos resultantes das elevadas taxas de juros; o apoio à construção e disponibilização de habitação privada, sem fins lucrativos, a partir de cooperativas de habitação, associações de moradores ou de desenvolvimento local: o investimento na manutenção e conservação das habitações do IHRU para assegurar condições de habitabilidade condignas aos seus moradores.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sobre o mesmo artigo, por parte do Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, no Livre sabemos que precisamos urgentemente de uma política florestal que sirva as pessoas, o território e o futuro.

Por isso, propomos um reforço substancial do programa Floresta Ativa, aumentando os incentivos financeiros para os beneficiários, orientando-o para a regeneração e manutenção das pequenas propriedades florestais.

Sobretudo num País onde o abandono rural é um dos grandes fatores de risco ambiental, este instrumento, entende o Livre, não pode ser limitado por falta de ambição política e de recursos financeiros adequados. O que

está em causa não é apenas gerir hectares de floresta, mas reformular um sistema ecológico e económico profundamente desequilibrado.

Consideramos que é fundamental incluir neste programa, de forma clara, as áreas comunitárias e dos baldios, de forma a torná-lo mais eficaz e consequente na sua dimensão mais estruturante.

Sabemos todos, também, que a expansão desordenada do eucalipto continua a simbolizar o desgoverno de décadas de políticas florestais. Mesmo reconhecendo o seu peso económico, não podemos ignorar que esta monocultura é uma das principais causas da vulnerabilidade ambiental do País. Sem uma reestruturação profunda, Portugal continuará a arder todos os verões. O Orçamento do Estado de 2023 chegou a apontar um caminho: desincentivar a plantação de eucaliptos e apoiar a substituição por espécies autóctones. Mas essa medida desapareceu nos Orçamentos seguintes, revelando falta de coragem política, que podemos repor, hoje, aqui.

Olhar para a floresta meramente como um recurso económico e não como um valor em si próprio é um erro, e o Livre defende outra via: uma gestão florestal assente na ciência e no fortalecimento da coesão territorial, que valorize os baldios, promova a reconversão ecológica dos eucaliptais e apoie a gestão comunitária do território.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Portugal conhece demasiado bem os efeitos devastadores dos incêndios rurais.

A nova carta de perigosidade confirma que vastas áreas do País continuam classificadas como de alta e muita alta perigosidade.

Para sairmos deste ciclo de políticas reativas, é necessária uma prevenção estrutural, inteligente e adequada a cada território. Está cientificamente provado que o pastoreio extensivo é um dos instrumentos mais eficazes e sustentáveis de redução da carga combustível, contribuindo, também, para a vigilância ativa, para a preservação dos sistemas agrosilvopastoris e para a coesão das nossas comunidades rurais.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe criar um apoio específico à pastorícia extensiva em áreas prioritárias de prevenção e segurança. É um apoio simples, transparente e direcionado por hectare pastoreado, com majorações para áreas e zonas vulneráveis e complementar ao PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum). Garante também o uso responsável dos recursos públicos e é muito mais do que uma mera ajuda financeira. Reconhece o papel decisivo dos pastores e dos nossos agricultores na proteção do território e combate ao abandono rural.

Prevenir exige coragem e compromisso com quem cuida diariamente da nossa paisagem. Contamos com todos para uma resposta séria para os desafios do nosso interior.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, para uma intervenção pelo Governo, o Sr. Secretário de Estado das Florestas.

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas** (Rui Ladeira): — Sr. Presidente, Caros Colegas Membro do Governo, Srs. Deputados e Sr.as Deputadas, respondendo aos Srs. Deputados, relativamente a esta matéria das florestas, é bom verificar que o Orçamento do Estado de 2026 prevê, de forma estrutural, ter a estratégia assente no Plano de Intervenção para a Floresta 2025-2050.

Aliás, foi esta Casa que aprovou, de forma significativa e maioritariamente, o Plano de Intervenção para a Floresta, com uma estratégia a 25 anos. E assenta no Orçamento do Estado 2026, precisamente, a dupla dimensão: ecológica e, também, territorial e económica, procurando conservar os ecossistemas, mitigando a ação climática, fazendo ordenamento, mas procurando também criar coesão, emprego e fixação das populações no mundo rural, com uma ação e medidas concretas em que prevê e tem como objetivos estruturais fazer uma

gestão ativa da floresta, mas também, de forma simplificada, reforçar a resiliência e o ordenamento do território e fazer uma prevenção estrutural.

Aquelas medidas que foram aqui elencadas vão ao encontro da nossa estratégia, com o reforço da Floresta Ativa, que já teve um aviso em 2025, de 6 milhões de euros, com o primeiro aviso de 4 milhões de euros, e tem previsto, em 2026, investir 10 milhões de euros, precisamente para permitir, de forma simplificada e objetiva, que cada um dos proprietários possa ordenar, limpar, garantir a eficiência e a gestão, mas também valorizar essa floresta. Mas também tem o pastoreio extensivo, que já teve, em 2025, um aviso para garantir que, nas áreas baldias das perdas dos apoios potenciais que se verificaram, os pastores possam também ter um apoio a essa perda de área.

Mas queremos fazer mais, alargando as áreas privadas em que os nossos pastores possam também garantir essa possibilidade de limpar e de reduzir os combustíveis, garantindo que vamos continuar a fazer esta prevenção estrutural.

Também está integrado o uso do fogo, para garantir que, com queimadas prescritas e o fogo controlado — que, durante estas últimas semanas, depois das chuvas, estão a acontecer no nosso País —, se possam controlar as áreas de renovação de pastos.

Mas também queremos proteger as aldeias, criar zonas de descontinuidade em áreas que arderam, por exemplo, em 2017, garantindo mais segurança e resiliência.

Portanto, a média de área queimada de forma controlada, de 2018 a 2025, até o momento, não chegou aos 2500 ha. O nosso objetivo, como o disse aqui o Sr. Ministro da Agricultura, é o de que, nesta campanha, até ao próximo período de incêndios, possamos ter mais de 5000 ha queimados para fazer o controlo, digamos assim, das manchas contínuas e poder fazer a sua gestão, e isso garantirá uma maior proteção.

Temos também mais equipamentos para fornecer às nossas comunidades intermunicipais — estamos a falar, no País, daquelas que demonstraram vontade de se reequipar —, nomeadamente, equipamentos pesados de rasto, para pré-posicionar na época dos incêndios, e, fora desse período, fazer a gestão e a beneficiação de caminhos florestais e rede viária; mas também às câmaras municipais, como tratores com destroçadores para fazer a faixa de gestão de combustíveis; e às organizações de produtores florestais, garantir que são mais eficientes naquele que é o trabalho com os seus associados, com os agentes do território, com os agricultores, mas, sobretudo, mais uma vez, criar a prevenção estrutural.

Nos últimos tempos, nas últimas semanas, iniciámos um processo de entrega de motorroçadoras, o que nunca tinha acontecido, desde o início do programa, em 1999.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Não há quem trabalhe com elas!

O Sr. **Secretário de Estado das Florestas**: — Garantimos a entrega de equipamento de motor manual, de motorroçadoras, para dignificar e respeitar o trabalho dos sapadores florestais, para poderem operar, fazer silvicultura preventiva e fazer gestão.

Estas são algumas das ações, mas partilho também com os Srs. Deputados e as Sr.as Deputadas a questão das invasoras lenhosas, que são um problema para a biodiversidade, um problema para os incêndios e, por isso, estamos a iniciar por estes dias, para que seja executado em 2026, o controlo das invasoras lenhosas. Estamos a falar de uma primeira fase de 1000 ha, para garantir que, em áreas de continuidade, estas invasoras, sobretudo as acácias, sejam controladas e possamos instalar aí, nalgumas destas áreas, espécies autóctones.

Portanto, por via do Orçamento do Estado, por via do PRR, por via do PEPAC, estamos a trabalhar para garantir que temos uma prevenção estrutural mais preparada para a próxima campanha e os próximos anos, mas também a fazer a gestão ativa, garantindo maior simplificação, proximidade e ação de valorização e criação de riqueza para o País.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à proposta de um artigo 133.º-A e, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, o multilateralismo é absolutamente fundamental, e Portugal tem de ir ao encontro daquela que é a sua tradição diplomática. É por isso que fizemos notar, na audição regimental ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a nossa estupefação pelo facto de ser reduzida a contribuição de Portugal para organismos internacionais. É um princípio, de facto, muito negativo, sobretudo se olharmos para a realidade geopolítica internacional e, em particular, aquela que vem do outro lado do oceano Atlântico.

Por outro lado, temos também manifestado a nossa preocupação para com a solidariedade. Nós devemos acolher, indo também ao encontro daquela que é a nossa melhor tradição humanista, crianças e jovens, em particular da Faixa de Gaza, que necessitam de cuidados médicos especializados. Tive oportunidade de interrogar também o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros duas vezes sobre esta matéria, porque já foi aprovado, nesta Casa, um projeto de resolução nesse sentido, e nós, no Partido Socialista, ficamos sem resposta.

É por isso que acompanhamos as propostas de alteração do PAN e do Bloco de Esquerda, que vão no sentido de materializar e garantir no corpo do Orçamento do Estado, quer um reforço do investimento e das transferências para organismos internacionais, designadamente para a agência da ONU (Organização das Nações Unidas), para os refugiados da Palestina, quer, no caso muito em particular do PAN, no que diz respeito à salvaguarda de que Portugal vai receber crianças e jovens que precisam de um cuidado especializado e que estão a ser vítimas de um inaceitável tratamento por parte do Estado de Israel, com toda a desproporcionalidade que é conhecida.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção por parte da bancada do Governo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Justiça** (Gonçalo Pires): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, hoje venho falar-vos do combate à corrupção, um tema que é amplamente reconhecido pela sua importância na proteção dos nossos concidadãos e no reforço de confiança nas nossas instituições. É, além do mais, absolutamente vital num sistema democrático, em que os valores da transparência e da integridade ocupam um espaço privilegiado, no respeito intransigente pelos direitos humanos.

Exige-se, assim, uma resposta consistente, num quadro de responsabilidade partilhada, na qual intervém, naturalmente, uma resposta política através do Governo, com medidas pedagógicas, preventivas e repressivas adequadas ao combate deste fenómeno, de uma forma sólida, mas também do Parlamento, na aprovação das medidas legislativas necessárias.

Em junho de 2024, o anterior Governo aprovou uma ambiciosa Agenda Anticorrupção, resultado de consultas alargadas aos grupos parlamentares, aos operadores judiciários e à sociedade civil.

Desde então, esta agenda tem sido um importante instrumento que tem também norteado a ação do atual Governo no combate, intransigente, à corrupção e fenómenos conexos.

Num breve balanço da sua implementação, lembro que a Agenda Anticorrupção assentava em três pilares: prevenção, educação e repressão. As evoluções observadas, em cada um destes três pilares, têm sido evidentes.

Prevenção, o primeiro pilar: desde a primeira hora, o Governo assumiu o compromisso de se afirmar como uma referência no exercício da ação pública, promoveu a adoção de elementos e práticas de boa governação pública, aprovou, logo no início do seu mandato, o seu código de conduta e o Plano de Prevenção de Riscos do Governo. É um plano que coloca Portugal na vanguarda, como um dos primeiros países a nível europeu a aprovar um instrumento com esta dimensão e características.

Mas retomando a importância de um balanço, quero dizer que, no reforço da transparência, a nível da contratação pública, foram incrementadas as funcionalidades do portal BASE. A publicação de informação que até agora não estava abrangida veio trazer mais transparência e escrutínio. Refiro-me, em particular, aos dados referentes aos ajustes diretos simplificados, de forma agregada, por entidade.

Mas não é tudo. Está também em desenvolvimento um novo *site*, que será finalizado em breve, para o tratamento de dados em massa e análise com tecnologias como *big data* e inteligência artificial e ainda a implementação de novas funcionalidades no Portal Nacional dos Fornecedores do Estado.

A nível do reforço das instituições, foi reestruturado o Mecanismo Nacional Anticorrupção. Temos agora uma entidade estável e capacitada para garantir a eficácia da sua ação, o que foi alcançado, designadamente, pela redefinição da sua estrutura interna e do seu modelo de governação. O MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção) está agora a cumprir a missão para a qual foi criado.

No reforço da atuação dos órgãos de controlo interno, em especial no âmbito das autarquias locais, a decisão foi a de reforçar, faseadamente, o quadro de inspetores dedicados a esta matérias na IGF (Inspeção-Geral de Finanças) e na IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território).

Falamos em mais de 50 inspetores afetos à fiscalização, que potenciam o adequado exercício do controlo nas áreas das autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquica, do ordenamento do território e da prevenção dos fenómenos corruptivos, no âmbito das respetivas atribuições.

Também na formação, há um forte investimento no reforço da preparação de magistrados e demais trabalhadores em funções públicas, quer através do Centro de Estudos Judiciários, quer através do INA (Instituto Nacional de Administração).

Segundo pilar: na vertente da educação, essencial para a sensibilização e consolidação de uma cultura ética, destacamos que o *Referencial de Educação para a Ética e Integridade* foi finalizado; foram também integrados nas Aprendizagens Essenciais de Cidadania e Desenvolvimento os conteúdos curriculares relativos a esta área; e, para 2026, está previsto um programa de articulação da formação de professores com o MENAC.

O terceiro pilar: a nível da repressão, permito-me destacar que, em matéria de processo penal, o grupo de trabalho técnico que reúne magistrados, académicos e advogados, irá apresentar propostas para o reforço da eficácia e celeridade no processo penal. O Governo definiu os seguintes objetivos prioritários: reequacionar a fase da instrução em processo penal; aperfeiçoar o regime dos recursos; reavaliar os mecanismos de colaboração premiada no âmbito do processo penal; mitigar os efeitos dos chamados «megaprocessos».

Também, outra medida-chave é a criação de um novo mecanismo de perda de bens — por vezes referida como «confisco» —, pois estamos convictos de que a melhor forma de combater o enriquecimento ilícito é assegurar a efetiva perda das vantagens do crime.

Como é conhecido, foi elaborado, por um grupo de trabalho composto por académicos e profissionais forenses, um projeto de diploma de revisão da legislação penal e processual sobre a perda de bens resultantes da atividade criminosa, que foi sujeito a consulta pública. Recolhemos já os contributos dos grupos parlamentares e a sensibilidade do grupo de trabalho às sugestões da consulta pública. Em breve entrará em circuito legislativo.

Sabemos, também, que a prevenção e o combate à corrupção não se fazem sem pessoas e sem meios, e também não há combate à corrupção sem uma investigação sólida, fundamentada, rigorosa, razão pela qual investimos também no reforço de meios da Polícia Judiciária, quer a nível do reforço de meios humanos, onde destacamos 38 novos inspetores para a Unidade Nacional de Combate à Corrupção, quer a nível da transformação digital, dotando a PJ (Polícia Judiciária) dos meios necessários, salientando-se: a inauguração e funcionamento do Laboratório Digital Forense, que permite extrair e analisar prova digital, mas também o desenvolvimento de uma aplicação para tratamento e comparação de informação bancária.

Nos meios digitais, reforçámos as ferramentas tecnológicas. A tramitação eletrónica da fase de inquérito é já uma realidade. Foi um passo importante na promoção da celeridade e eficiência do sistema judicial.

Não tenhamos dúvidas de que o combate à corrupção será cada vez mais eficaz e dissuasor se os processos que a investigam também forem céleres.

São medidas que potenciam a eficácia repressiva do Estado, incluindo no âmbito da criminalidade económico-financeira.

Sr.as e Srs. Deputados, o Governo não se limitou a fazer um diagnóstico. Perante a identificação dos problemas, elaborou um plano de medidas e, acima de tudo, criou as condições para a sua execução e implementou-as, conforme acabámos de descrever.

Passo a passo, com convicção e determinação, a esmagadora maioria das medidas elencadas na Agenda Anticorrupção está cumprida ou em cumprimento.

Os resultados começam a surgir.

Sabemos que o caminho não está completo. Temos de continuar a trabalhar, todos, Governo, Assembleia da República, sociedade civil. Aguardamos também com expectativa a aprovação do regime que regulará o lóbi.

Diria todos, para que a cultura ética se consolide em todos os planos de atuação do Estado e na própria sociedade. É um desafio que diariamente se renova, mas não deixaremos de assumir a nossa responsabilidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Secretário de Estado, tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Nuna Menezes, por 2 minutos.

A Sr.ª **Nuna Menezes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, não obstante a vossa intervenção e o muito que já foi feito, o Partido Socialista tem, reiteradamente, acusado o Governo da falta de iniciativas legislativas em concretização de medidas constantes da Agenda Anticorrupção, uma vez que, até ao momento, o Governo não deu entrada na Assembleia da República de propostas legislativas nesse sentido, nomeadamente as seguintes: perda alargada de bens, robustecimento do regime de proteção dos denunciantes, implementação de mecanismos de celeridade no âmbito da jurisdição administrativa e fiscal, alteração do Código Penal e da lei dos crimes de responsabilidade, nomeadamente para agravar a pena acessória de proibição do exercício de funções públicas ou políticas, e alteração do Código de Processo Penal.

Neste âmbito, refiro alterações, designadamente, para reforçar os poderes de condução e de apreciação do juiz, com mais capacidade para evitar expedientes manifestamente dilatórios: reduzir a amplitude da fase de instrução, tornando-a mais ágil, mais rápida e focada numa apreciação sumária do processo; rever o regime dos recursos quanto aos efeitos e aumento da subida ao tribunal superior, obstando à utilização deste direito com intenções meramente dilatórias; aumentar os mecanismos de colaboração, alargando as fases processuais e a tipologia de crimes, que admitem a colaboração premiada dos arguidos; e, ainda, atualizar o regime legal dos meios de obtenção de prova em ambiente digital.

Assim, impõe-se perguntar: que balanço faz o Governo da aplicação da Agenda Anticorrupção? Que medidas dessa agenda é que o Governo pretende concretizar a breve trecho? E quando é que este Parlamento poderá contar com a apresentação de propostas legislativas da iniciativa do Governo em concretização dessa agenda?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Justiça**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente à questão das medidas para agilização e celeridade no processo penal, está em curso, vai ser desenvolvido por um grupo de trabalho de natureza técnica, que, oportunamente, apresentará as suas conclusões, e, a partir daí, será desencadeado o respetivo processo legislativo.

Relativamente ao diploma que se reportará à perda de bens, projetamos que o mesmo entre em circuito legislativo a muito breve trecho.

Por último, relativamente à questão das medidas de intervenção no âmbito da justiça administrativa e fiscal, o nosso compromisso, e o Governo está firmemente empenhado nesse propósito, é que, até ao final do presente ano, seja possível apresentar um conjunto de medidas que tenham intervenção no âmbito da eficácia e da celeridade da justiça administrativa e fiscal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 134.º — Preferência de venda de imóveis a autarquias locais. Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Habitação.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Sr. Presidente, Caros Colegas, Srs. Deputados, o problema da crise habitacional que estamos a viver foi enfrentado por este Governo com uma estratégia robusta que incide em três pilares fundamentais, todos eles enquadrados neste Orçamento: oferta, financiamento e simplificação.

No âmbito do incremento da oferta de casas públicas, este Governo garantiu, financeiramente, o cumprimento da meta definida no PRR de 26 000 casas e alargou-o para 59 000 casas a estarem prontas até 2030.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Num pleno diálogo com os municípios, criou-se o regime de exceção no âmbito do 1.º Direito, com a subvenção do Orçamento do Estado para mais 10 000 casas, se prontas até 2026, e 60 % de subvenção nas restantes, se prontas até 2030.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Portanto, não são intenções, são políticas já consagradas nos diplomas e plenamente previstas no Orçamento do Estado.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Não foi preciso nenhum fundo que instasse o Governo a agir e a concretizar uma política de habitação robusta e consolidada.

Soma-se uma linha de financiamento BEI (Banco Europeu de Investimento), no valor de 1340 milhões de euros, e 511 milhões do Orçamento do Estado para financiar 12 000 casas destinadas a arrendamento acessível até 2030. Tudo isto na esfera da oferta de casa pública.

Portanto, não compreendo, de facto, quando é que nesta Casa, onde todos estes diplomas foram aprovados, se questiona qual é o investimento deste Governo a nível da política pública.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Somam-se as garantias públicas no valor de 2500 milhões de euros para a concretização das estratégias locais dos municípios, que incluem construção nova, reabilitação e aquisição.

A questão da aquisição é um tema importante, porque, na verdade, no diálogo com os vários municípios, compreendemos que há municípios que não têm terreno público onde possam erigir as suas respostas habitacionais e que, no âmbito do PRR, tiveram de adquirir casas, e adquiri-las, até, pelo exercício do direito de preferência, pelo que não nos parece minimamente correto, nesta fase do campeonato, enquanto houver esta crise, que seja retirada a possibilidade de os municípios exercerem o direito de preferência no âmbito da aquisição de habitação, até porque nunca o negócio jurídico fica dificultado e complexo, porque estão a exercer um direito sobre uma venda e sobre um valor de mercado.

Gostaria também de dizer que estamos a trabalhar com o BEI para a disponibilização de uma linha de financiamento para a concretização dos outros projetos que constam nas estratégias locais de habitação dos municípios, cujas necessidades habitacionais, à data de hoje, se situam nas 130 000, estando a ser diligenciados os trabalhos, quer com os municípios quer com o próprio IHRU, no sentido da descentralização do património do IHRU que esteja mais perto das famílias e mais perto de um olhar próximo da administração local.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Assim, foi prevista a isenção do visto prévio do Tribunal de Contas para os empréstimos das autarquias e foi assumido o procedimento de conceção/construção, para garantir a celeridade do processo administrativo, com vista à concretização da construção de mais casas no menor espaço de tempo possível.

Falamos de um investimento de mais de 9000 milhões de euros, o maior investimento em habitação pública desde o PER (Programa Especial de Realojamento), que remonta aos anos 90 do século passado.

Portanto, mais uma vez, quando se questiona este Governo sobre o real investimento em habitação pública, isso é um comprovativo do desconhecimento do trabalho que está a ser feito.

Protestos de Deputados do PS.

No âmbito da oferta privada, quero assinalar a criação de um regime de incentivo à habitação que passará por assumir benefícios fiscais para os senhorios e para os arrendatários, garantida que está a isenção do IRS e do IRC se o proprietário colocar o seu imóvel no arrendamento abaixo do valor da mediana do concelho.

Esta não é uma medida de apoio à renda, não é uma medida de definição de teto de renda; é uma medida unicamente para incentivar a colocação de casas no mercado.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Com este regime e em paralelo com a revisão do Regime de Arrendamento Urbano, acreditamos que é possível recuperar a confiança no arrendamento urbano, não só para a canalização das casas existentes, mas também para estimular a colocação de novas casas no mercado e, com isto, dar mais resposta a mais famílias e contribuir para a estabilização dos valores do mercado.

É de destacar a alteração no RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) que, não tendo ficado tão expedita como foi desenhada pelo Governo, vem permitir a reclassificação de terrenos rústicos em urbanos, precisamente para a construção de soluções habitacionais em que, pelo menos, 70 % seja para soluções em habitação a custos controlados, para habitação pública ou arrendamento acessível, utilizando terrenos disponíveis para habitação sem qualquer especulação.

Também as parcerias público-privadas desempenham um papel relevante na estratégia deste Governo, ao colocar os imóveis do Estado para que o setor privado construa, reabilite e arrende a valores adequados às famílias e, com isto, ganharmos tempo e eficácia no processo.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Isto também nunca foi feito.

Também no lado da oferta privada é de relevar a estratégia de isenção do IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto do selo para jovens até aos 35 anos, uma medida que permitiu a mais de 60 000 jovens portugueses comprar casa, com um valor médio de 195 000 €.

Enquanto todas as respostas de mais ofertas não estiverem no mercado — como sabem, fazer casas demora tempo, mas estão garantidos os financiamentos e toda a estratégia, em pleno diálogo com todos os atores que as podem concretizar —, vamos continuar a investir nos programas de apoio à renda que são prioritários,…

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — … nomeadamente estão a ser revistos o PAER (Programa de Apoio Extraordinário à Renda) e o Porta 65, para serem mais ágeis, para as regras serem mais simples e apreendidas por todos, para que o apoio chegue mais rápido a quem precisa.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — No Porta 65, falamos de uma execução, a 30 de outubro de 2025, de 68,4 milhões de euros, e de um apoio médio, em 2025, de 275 €, que beneficia hoje mais de 45 000 jovens, suplantando os 34 000 registados em 2024.

No PAER falamos de um apoio a cerca de 134 000 arrendatários, com um valor médio de 100,46 €, numa execução, à data de 23 de outubro, de cerca de 161 milhões.

Das incongruências registadas em cerca de 58 000 famílias, cerca de 10 000 já foram esclarecidas, validadas e pagas, estando as restantes a aguardar os esclarecimentos por parte dos locatários.

O Orçamento do Estado para 2026 contempla o aumento da dotação destes programas.

Também a simplificação tem um papel importante na estratégia deste Governo, desde logo, pela revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, que é essencial para que o setor privado possa apostar na concretização de respostas habitacionais, nomeadamente pela agilização dos prazos, pelo disciplinar da audiência prévia, pelo antecipar pareceres, pelo assegurar títulos, pela clarificação de conceitos e no corrigir de incongruências, num trabalho que foi feito com todos os atores que intervêm na cadeia de produção da construção de habitação.

Não menos importante é o diploma que já foi publicado e que vem permitir o alojamento temporário dos trabalhadores da construção civil em sede de estaleiro, diploma este definido e desenhado com todas as ordens profissionais que interagem neste processo, com o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil) e com todos aqueles que intervêm neste processo.

A estratégia do Governo definida para fazer face a esta crise de habitação…

Protestos do PS.

… é integrada, é construída num permanente diálogo com todos, seja a administração local, seja a administração central, o setor cooperativo, o setor privado, para que todos se revejam nas propostas para que consigamos criar respostas habitacionais objetivas para as famílias portuguesas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Secretária de Estado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do PSD, que vai ser feito pela Sr.ª Deputada Margarida Saavedra, que dispõe de 2 minutos e a quem dou a palavra.

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, não é de estranhar a surpresa desta Assembleia por passarmos de casas de papel para casas de pedra e cal. Não estávamos habituados a isso…

Vozes do PS: — Não é verdade!

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — … e também não estávamos habituados ao tempo que demora a construir e a consolidar um programa com casas de pedra e cal. Casas de papel prometem-se, são para amanhã e são milhares…

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Margarida Saavedra** (PSD): — … mas, infelizmente, ninguém habita nelas.

Protestos de Deputados do PS.

Este Governo está a dar um passo muito importante nesse sentido, com casas devidamente compartimentadas e com um orçamento devidamente previsto. É uma mudança e, como todas as mudanças, é de estranhar.

Também no seguimento desta mudança aparece o artigo 134.º da proposta de lei do Orçamento do Estado, que estende aos municípios o direito de preferência na compra e venda ou dação de prédios ou frações autónomas no âmbito de processos de execução fiscal.

Sendo que a definição de prédios abrange prédios rurais e prédios urbanos, sendo que os prédios rurais também têm matrizes urbanas, gostava que me esclarecesse e por isso pergunto-lhe o seguinte: o artigo 134.º abrange e aplica-se a todos estes prédios, rurais e urbanos?

É que no n.º 3 deste artigo refere-se que o município dispõe de 30 dias para exercer o direito de preferência, após o qual se depreende o seu desinteresse. Porém, no n.º 4 diz-se que caso a venda seja inferior a 85 % do preço-base, será necessária uma resposta definitiva da Câmara.

Ora, eu pergunto: sendo necessária uma resposta definitiva da Câmara, qual é o prazo estabelecido para isso? É que, neste caso, a Câmara pode demorar seis meses, um ano, pode adiar *sine die* esta resposta. Pergunto que medidas tem o Governo para desbloquear esta situação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Habitação.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Habitação**: — Sr.ª Deputada, como já referi, de facto, o possível exercício do direito de preferência por parte das autarquias é uma alternativa que não vemos que seja de dispensar nesta fase do campeonato, enquanto temos autarquias que não fizeram ainda, até porque é uma medida que só foi aprovada em dezembro de 2024, o alargamento da sua área de expansão territorial para reclassificação de terrenos rústicos em terrenos urbanos.

Quero dizer, no entanto, que, no âmbito de as autarquias não abdicarem de exercer o seu direito de preferência para poderem aumentar o seu parque público, é perfeitamente possível rever o tempo que a Câmara tem para, efetivamente, decidir sobre essa sua vontade,…

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

… para que, em momento algum, se atrase qualquer negócio jurídico e se consigam rapidamente concretizar as soluções habitacionais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, terminamos por hoje os nossos trabalhos.

A Assembleia da República reúne amanhã para a Sessão Solene Evocativa do 50.º Aniversário do 25 de novembro de 1975, e na quarta-feira voltaremos ao processo orçamental, constando da agenda, no ponto um, a discussão das normas avocadas pelo Plenário, seguido de um segundo ponto, de votações.

Do terceiro ponto consta o debate na especialidade do Orçamento do Estado para 2026.

Muito boa tarde a quem ficar nas votações na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública. Está, assim, encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 13 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.